

MERIDIANO 47

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 27
Outubro – 2002



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

S U M Á R I O

O BRASIL, UM ANO DEPOIS
AMADO LUIZ CERVO

A AMÉRICA LATINA E OS ESTADOS
UNIDOS DESDE O 11 DE SETEMBRO
DE 2001
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

ESTADOS UNIDOS: A ARMADILHA
DO UNIPOLARISMO
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

O "ANIVERSÁRIO"
CRISTINA SOREANU PECEQUILLO

UM ANO DEPOIS, COOPERAÇÃO
REGIONAL MAIS SOLTA NA ÁSIA-
PACÍFICO
PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

O APROFUNDAMENTO DO CONFLITO
ISRAELO-PALESTINO FACE AO
TERRORISMO
CARMEN LÍCIA PALAZZO

O 11 DE SETEMBRO E A ÁFRICA
WOLFGANG DÖPCKE

OS DIREITOS HUMANOS NA ERA DO
TERROR: O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO
DOS ATAQUES TERRORISTAS DE
11 DE SETEMBRO DE 2001
VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

O FORTALECIMENTO DO SISTEMA
UNIPOLAR, GUERRA VITORIOSA
CONTRA O TERRORISMO
E VULNERABILIDADE DA AMÉRICA
LATINA
EDUARDO VIOLA
HÉCTOR LEIS

O Brasil, um ano depois

Amado Luiz Cervo *

Logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, o governo de George W. Bush recebeu manifestações de solidariedade de quase todos os outros governos do mundo. Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros e dos mais claros a condenar a ação terrorista e a colocar-se ao lado dos Estados Unidos no combate ao novo mal do novo século. Seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, tomou a iniciativa de convocar uma reunião do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca com o intuito de coordenar a solidariedade continental em favor da vítima do ataque. Tudo isso se dava com respaldo da opinião nacional.

Em pouco tempo, contudo, o cenário modificou-se no Brasil. Os discursos de Bush e suas intenções provocaram a introspecção do problema, que era global e que se converteu em estadunidense. Os estereótipos da cultura política dos Estados Unidos, com suas simplificações pueris, foram espalhados pelo mundo por uma mídia poderosa: quem não está conosco está contra nós; os Estados Unidos têm novo inimigo universal; o terrorista de hoje corresponde ao comunista de ontem; a guerra será longa.

O governo de Cardoso decepcionou-se. Considerava que o combate ao terrorismo haveria de orquestrar-se por meio de negociação diplomática e cooperação internacional dos serviços de inteligência e não por meio da guerra a essa ou àquela religião ou cultura, a esse ou àquele país, a esse ou àquele governo. Que esse combate haveria de ser traçado com base na solidariedade original do mundo, mediante estratégia a ser definida por seu órgão de segurança, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

“O governo de Cardoso decepcionou-se. Considerava que o combate ao terrorismo haveria de orquestrar-se por meio de negociação diplomática e cooperação internacional dos serviços de inteligência e não por meio da guerra a essa ou àquela religião ou cultura, a esse ou àquele país, a esse ou àquele governo.”

* Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

A introspecção do problema provocada por Bush pôs em risco e condenou ao desprezo a solidariedade global e impôs aos aliados a estratégia norte-americana que consistiu em buscar solução mediante o uso da poderosa e incomparável máquina de guerra, bem ao estilo e ao agrado da opinião pública e da cultura política dos Estados Unidos.

Um ano depois dos atentados de 2001, o Brasil se encontra às vésperas de eleições gerais. Todos os temas de interesse da opinião pública são evocados nos jornais, palanques e outros meios de comunicação. Ninguém menciona o terrorismo. O terrorismo é um problema norte-americano, nada temos com isso, pensam os futuros políticos brasileiros.

Essa situação de alívio da opinião brasileira, posta de lado, como que dispensada de expressar-se, não se repete na Europa, onde as eleições forçam os candidatos a se pronunciar a favor ou contra o apoio à guerra total, longa e implacável que o governo Bush move ou cogita mover, não contra o terrorismo, mas contra governos inimigos, alinhados no *eixo do mal*, a nova expressão de sucesso do discurso de Bush.

O que está em jogo, em suma, um ano após os atentados de 11 de setembro de 2001, não é bem a estratégia de combate ao terrorismo que o governo Bush adotou. Porque essa estratégia ele não permite discutir, já que não corresponde, em seu entender, a

uma questão reservado ao trato multilateral da política internacional, a requerer solução concertada entre as nações, como pensava Cardoso. O que está em jogo é a cultura política norte-americana.

Enquanto perdurarem nos Estados Unidos as simplificações da cultura política, aprofundar-se-á o isolamento do país. Um mundo depositário de paradigmas culturais distintos não digere com facilidade as dicotomias rasteiras do bem e do mal, do amigo e do inimigo, da violência como método, do fim que justifica os meios, da prepotência como discurso, da superioridade racial como sentimento, do egoísmo como valor e da infalibilidade como pensamento.

As simplificações da cultura política norte-americana estão afastando o país da negociação diplomática e da cooperação internacional. A disparidade de potência elevou a responsabilidade dos Estados Unidos acima do gênero humano. Os norte-americanos passam a pensar que são diferentes dos humanos, que nada têm a auscultar dos outros, espécies comuns de mortais. Estaria seu império provocando o insuportável e a coalizão que o destruirá, consoante a teoria de Jean-Baptiste Duroselle? Não há evidências disso ainda, porém George W. Bush, ao aprofundar o isolamento do país, está alimentando o sentimento hostil das outras culturas e isso não convém por certo ao bem-estar dos norte-americanos.

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A América Latina e os Estados Unidos desde o 11 de setembro de 2001

Paulo Roberto de Almeida*

No dia 11 de setembro de 2001, toda a América Latina (à exceção de Cuba) se encontrava reunida com os Estados Unidos (mais o Canadá) em Lima, num evento que parecia representar uma etapa mais avançada do relacionamento político no hemisfério: se tratava da 18ª. Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, durante a qual foi aprovada a “Carta Democrática Interamericana”, introduzindo oficialmente nos mecanismos da OEA a chamada “cláusula democrática”, cujo texto reza que “A ruptura da ordem democrática ou uma alteração da ordem constitucional que afete gravemente a ordem democrática em um Estado-membro constitui, enquanto persista, um obstáculo insuperável para a participação de seu governo nas sessões da Assembléia Geral”.

Na mesma manhã, os ataques terroristas em Nova York e em Washington provocaram a saída precipitada do Secretário de Estado Colin Powell dessa reunião e, de fato, a partir de então, uma outra série de prioridades políticas passou a presidir essa nova etapa o relacionamento hemisférico. O mundo ficou menos diversificado, os países foram classificados em amigos ou inimigos e a luta contra o terrorismo foi elevada ao primeiro escalão das preocupações dos Estados Unidos. O México, cujo presidente acabava de fazer uma visita de estado aos EUA e que esperava colher frutos em termos de facilidades imigratórias e de incremento das relações econômicas bilaterais, viu-se rudemente tratado como possível fonte de perigos políticos, ao manter com o gigante do Norte uma fronteira porosa através da qual todos os tipos de

tráficos – de pessoas, de drogas e de dinheiro – tenta se insinuar nos EUA. Vicente Fox, aliás, tinha acabado de anunciar no Congresso americano e na própria OEA que o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947) era um instrumento da Guerra Fria, merecendo, como tal, ser jogado na lata de lixo da história.

Nesse momento, quando não se tinha ainda concebido uma estratégia hemisférica de resposta a esses bárbaros atentados terroristas contra os EUA, coube ao governo brasileiro, oportunamente lembrado pelos mexicanos desse anacrônico tratado de defesa conjunta contra as ameaças do comunismo, tomar a iniciativa de coordenar um movimento de solidariedade continental, mobilizando justamente esse vetusto tratado da Guerra Fria, como forma de demonstrar o compromisso comum dos países americanos com o repúdio aos atos terroristas e em favor da adoção de medidas conjuntas para prevenir e evitar esse tipo de ação inaceitável no contexto do mundo civilizado. A Carta Democrática, que se destinava a ampliar o alcance da Decisão 1080 adotada em Santiago do Chile em 1990, ficou temporariamente esquecida, tanto que o próprio Secretário-Geral da OEA não foi muito rápido em invocá-la quando, poucos meses depois, irrompia em Caracas o movimento civil-militar que pretendia derrubar o governo democraticamente eleito do presidente Hugo Chavez, golpe, por sinal, muito bem recebido em Washington.

A partir de então, o panorama mudou significativamente na América Latina, com uma

* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas e mestre em planejamento econômico. É diplomata de carreira desde 1977. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

deterioração geral das condições econômicas, políticas e sociais. A indiferença manifestada pelos EUA em relação aos problemas econômicos e sociais de uma região que notoriamente não se situava no eixo principal das preocupações monotemáticas do novo Império assim como a mini-recessão americana se aliaram para deixar o continente entregue à sua própria sorte. Argentina entrou em crise terminal e o efeito contágio não deixou de abalar o imenso Brasil e o pequeno Uruguai, obrigando a ambos a recorrerem a empréstimos emergenciais do Fundo Monetário Internacional. A taxa de crescimento das economias latino-americanas, que tinha se situado na faixa de 2,5 a 3% durante toda a segunda metade dos anos 90, voltou a cair para cerca de 1% desde 2001. No Mercosul, que responde por mais da metade do produto e do comércio regionais, a tendência para a baixa foi ainda mais importante, com a redução à metade dos volumes de intercâmbio entre os países

membros. Os preços dos produtos primários, que constituem ainda a principal fonte de renda na região, encontram-se nos patamares mais baixos das últimas duas décadas, e o nível das exportações deve ainda cair mais um pouco em 2002.

No plano político, o recrudescimento da agitação social e política atingiu quase todos os países da América do Sul, em especial os andinos, com as exceções notáveis do Brasil e do Chile, ao passo que a Colômbia, a Venezuela e o Paraguai conheciam novos patamares de suas crises políticas respectivas, com perda de vidas humanas e uma infeliz demonstração

“No plano político, o recrudescimento da agitação social e política atingiu quase todos os países da América do Sul, em especial os andinos, com as exceções notáveis do Brasil e do Chile, ao passo que a Colômbia, a Venezuela e o Paraguai conheciam novos patamares de suas crises políticas respectivas, com perda de vidas humanas e uma infeliz demonstração de incapacidade de suas lideranças políticas em equacionar duravelmente a profunda divisão em que essas sociedades se encontram mergulhadas.”

de incapacidade de suas lideranças políticas em equacionar duravelmente a profunda divisão em que essas sociedades se encontram mergulhadas. O sistema político venezuelano, já desmantelado pelas suas próprias mazelas e pelo ariete populista do chavismo, encontrava-se totalmente fraturado e incapaz de responder às necessidades de ajuste econômico e de relance do diálogo político. Depois do Peru, o país caribenho também teve de passar pelos bons ofícios da unidade de democracia da OEA para tentar restabelecer uma aparência de consenso. Na Colômbia, que acaba de eleger um presidente ainda mais à direita que os conservadores tradicionais, não parece haver perspectiva para uma solução política ou militar a um conflito que se arrasta há quase duas gerações.

Não obstante, os países que estavam em Lima no dia 11 de setembro de 2001, são também os mesmos que, desde dezembro de 1994, encontram-se engajados no processo negociador de uma área de livre comércio hemisférica, a Alca, iniciativa dos EUA e que corresponde aos desejos do “big business” americano desde pelo menos a primeira conferência internacional americana, realizada em Washington em 1889/1890, e que já pretendia constituir no hemisfério uma “customs union” e uma “clearing union” (que deveria ser baseada na prata, então a base metálica da moeda americana).

Muito pouco se fez desde aquela época, a despeito de tentativas recorrentes por parte do Império, mas, nos tempos que correm, a fragilidade visível da maior parte das economias latino-americanas

constitui uma oportunidade única para o aprofundamento dos laços com o gigante do Norte e, talvez, até para um processo semi-voluntário de dolarização. Com exceção do Panamá, poucos países, até o final do século XX, tinham feito do dólar sua moeda nacional. Desde então, o Equador, em catástrofe, e El Salvador, com um pouco mais de organização, optaram por abandonar suas moedas nacionais e adotar em seu lugar o bilhete americano como meio circulante. Na Argentina, o ex-presidente Menem vivia ameaçando o Brasil e o Mercosul com a dolarização completa da economia nacional, na qual o dólar já desempenhava de fato o papel de moeda básica desde o Plano de Conversibilidade introduzido pelo ministro Domingo Cavallo em 1991. A partir de janeiro de 2002, o país passou a viver oficialmente em regime de flutuação, sistema que também tinha sido adotado pelo Brasil (junto com o sistema de “inflation targetting”) em janeiro de 1999, no seguimento de mais uma crise cambial, logo após seu primeiro acordo “stand-by” com o FMI, em novembro de 1998. O pacote montado então equivalia a 41 bilhões de dólares, dos quais só a metade foi efetivamente sacada. O Brasil realizou mais dois acordos desse tipo, um em setembro de 2001, por um montante equivalente a 15 bilhões, e o mais recente, em agosto de 2002, envolvendo a soma inédita de 30 bilhões de dólares, um dos mais importantes pacotes de apoio financeiro na história do FMI.

A tradicional fragilidade financeira e o igualmente tradicional temor da abertura econômica continuavam a caracterizar a América Latina no início do século XXI, como já tinha sido o caso no final do século XIX quando os EUA propuseram pela primeira vez um esquema de liberalização hemisférica. Em todo

caso, a Alca parecia ter ainda um longo caminho pela frente para converter-se em realidade em 2005, de acordo com o cronograma original. Os pessimistas são quase tão numerosos quanto os otimistas, em virtude da complexidade natural do processo negociatório e da dependência de vários temas inscritos na agenda (ditos sistêmicos, ou normativos) de resultados favoráveis a serem alcançados no âmbito da Rodada em curso da OMC. A despeito da aprovação do mandato negociador pelo Congresso americano – agora chamado de Trade Promotion Authority – as pressões protecionistas setoriais sobre o Executivo parecem ser mais fortes do que os interesses das grandes empresas em favor de uma real abertura comercial, em especial nas áreas sensíveis de produtos agrícolas e *labor-intensive industries*, o que talvez inviabilize um acordo que o Brasil pretende seja equilibrado e dotado de reais condições de acesso ao maior mercado do mundo.

Em outros termos, nada no panorama social, político ou econômico da América Latina parece distanciá-la de um passado tão distante quanto atual: crise econômica, fragilidade financeira e dependência externa, concentração das exportações em produtos tradicionais, aprofundamento da pobreza, da instabilidade política e da insatisfação social. De inédito mesmo, só a relutância dos militares em assumir um papel protagônico nessas crises recorrentes e a decisão de Fidel Castro de declarar constitucionalmente imutável o regime socialista na sua ilha que ele dirige como se fosse uma fazenda pessoal (nisso muito parecido a outros “patriarcas” de tão triste memória na história latino-americana), quando os últimos regimes socialistas da Ásia resolverem adotar, por fim, medidas típicas do capitalismo tão execrado durante décadas.



Estados Unidos: a armadilha do unipolarismo

Virgílio Caixeta Arraes*

A história da política internacional demonstra que, a partir da paz de Vestfália, em 1648, os países europeus pautar-se-iam em suas relações externas pela busca entre si de um equilíbrio, de modo que país algum isoladamente – como a Espanha habsburguiana ou a França borbônica nos séculos XVI e XVII – pudesse ameaçar a soberania dos outros.

Ainda que muitas vezes precário, o equilíbrio entre os países europeus foi mantido até os dias atuais, mesmo que para isso se necessitasse de recorrer a um auxílio externo, como no século XX. No caso, os Estados Unidos, fiel da balança, ostentavam o bastão da democracia contra toda ideologia que lhe fosse contrária, desde que representada por um país. Assim foi até há alguns anos, quando a derrocada da antiga União Soviética e sua transformação em uma série de países, sendo o principal deles a Rússia, deixou os norte-americanos sem um contendor à altura.

Desde sua fundação, em 1776, quando as 13 colônias emanciparam-se perante a Inglaterra, os Estados Unidos, no contínuo processo de construção de sua identidade, acostumaram-se, ao longo de sua existência, a observar-se como contraponto dicotômico a outras potências significativas. No século XVIII, no seu próprio processo de independência, o país representou, destarte, a democracia contra a monarquia da Inglaterra – mesmo tendo sido auxiliado pela França absolutista de Luís XVI; no século posterior, o monroísmo americano – sintetizado na clássica fórmula *América para os americanos* – contrapôs-se ao princípio de intervenção coletiva acordado pelos cinco grandes da Europa no Congresso de Viena, em 1815; no século XX, a democracia americana contra o autoritarismo monárquico alemão e, anos depois,

contra o fascismo deste mesmo país. Ao mesmo tempo, um mundo dicotômico em sua visão de política externa facilitava-lhe sempre a permanência em sua órbita de inúmeros Estados, solidificando mais e mais seu poder.

Encerrada a II Guerra Mundial, novamente, o país se viu como antípoda do outro vencedor, momentaneamente aliado no conflito: a URSS socialista. Após quase meio século de embate, como nos demais, o país sair-se-ia vitorioso. O balanço final do século só poderia refletir um estado de euforia inefável, porque nação alguma vencera 3 grandes conflitos desde o longínquo período romano.

Todavia, destaque-se que a euforia exalante geraria a primeira iniciativa antes mesmo do fim formal do precocemente exaurido Império Soviético: a Guerra do Golfo, onde as demais potências apoiariam quase incondicionalmente a ação americana sobre o Iraque. Foi o momento, em termos de política mundial, do que Samuel Huntington alcunhou de unipolar, ou seja, uma superpotência – ou híper – circulada por potências menores, incapazes de não aceitar os desígnios do país hegemônico e, desta forma, objetarem os seus projetos.

No conflito, os Estados Unidos reuniram em torno de si 32 países, entre os quais a Grã-Bretanha, sua aliada incondicional, França, Egito, Arábia Saudita e até a Argentina. Em poucas semanas, afastando o espectro de um novo conflito similar ao do Vietnã, o país infligiria pesados danos às forças armadas iraquianas e destruiria a infra-estrutura, tanto civil como militar, do país, restaurando o antigo status da região – o Coveite novamente independente do Iraque, que, no entanto, conservaria Sadã Hussein no poder.

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB).

A guerra contra o Iraque, outrora parceiro na fase final da Guerra Fria, comprovou com sucesso a reorganização militar dos Estados Unidos, iniciada após o resultado negativo do embate contra os vietnamitas, em meados dos anos 70, consolidada durante a gestão Reagan (1980-88) e testada em larga escala com seu sucessor, Bush sênior (1989-92). Tendo por objetivo, no campo de batalha, o menor número possível de morte de seus soldados, mesmo com fortes danos ambientais ou civis inimigos, o país fez uso intenso da microeletrônica no desenvolvimento de armas teleguiadas de alta precisão, além de valorizar mais e mais o papel da Aeronáutica. As poucas baixas foram quase todas acidentais, advindas do “fogo amigo”.

O êxito militar conduziria a um otimismo econômico tanto interno como externo. O país viveria um período subsequente de quase uma década de crescimento, enquanto, por meio de organismos internacionais, notadamente, estimularia os países do Terceiro Mundo e do antigo regime socialista europeu a adotar o receituário neoliberal - combinado com a instalação de procedimentos formais de democracia – o qual seria sintetizado pelas seguintes características: austeridade fiscal e disciplina monetária, com severos cortes de gastos, implementação de reformas administrativas, que reduziriam sobremaneira o papel do Estado indutor do desenvolvimento para ser mero observador das variações dos investimentos privados, e mudanças no regime previdenciário.

“Embora, internamente, o país mantivesse a euforia, embalado por índices de crescimento econômico insuperáveis por outras regiões desenvolvidas do globo; externamente, os desígnios, notadamente na Europa Ocidental e Ásia, eram outros, de forma que, novamente, recorrendo-se a Huntington, o ambiente seria unimultipolar, ou seja, a hiperpotência conduziria a pauta internacional, mas necessitaria da colaboração das demais potências, as quais, no plano regional principalmente, possuíam seus projetos e vontades.”

Mais adiante, para tentar atrair capital privado externo e mantê-lo em ritmo regular de entrada nos países, a adoção de legislações que desonerassem estes fluxos. Desta forma, aparentemente, consolidava-se o regime prescrito pela Nova Ordem Mundial: democracias neoliberais, ao menos para a América Latina e Leste Europeu. Para uns, a nova era, alcunhada de *Pax Americana*, assemelhar-se-ia ao século XIX pós-Congresso de Viena,, conduzido pela *Pax Britannica*, que manteve o equilíbrio da Europa, então centro do mundo.

Embora, internamente, o país mantivesse a euforia, embalado por índices de crescimento econômico insuperáveis por outras regiões desenvolvidas do globo; externamente, os desígnios, notadamente na Europa Ocidental e Ásia, eram outros, de forma que, novamente, recorrendo-se a Huntington, o ambiente seria unimultipolar, ou seja, a hiperpotência conduziria a pauta internacional, mas necessitaria da colaboração das demais potências, as quais, no plano regional principalmente, possuíam seus projetos e vontades.

No período liderado pela gestão Clinton (1992-2000), o país ainda utilizava-se dos organismos internacionais para legitimar suas aspirações, passando aos olhos do mundo uma visão multilateral mínima de cooperação, mais próxima da composição real de poder.

Entretanto, com a estagnação econômica dos outros pilares da tríade – Europa Ocidental e Japão – e a falência da aplicação do receituário neoliberal na América Latina e Leste Europeu, sem contar o continente africano, menosprezado após o fim da

Guerra Fria, além da diminuição do ritmo do crescimento econômico – com o surgimento de fraudes e falências entre muitas de suas principais empresas – e da mudança de democratas para republicanos, há um descompasso entre os projetos americanos e o restante do mundo, notados pela extrema insistência dos ideólogos e aplicadores – Richard Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, John Bolton e outros - da política externa americana de configurar o cenário internacional quase nos mesmos moldes da Guerra Fria, que já seguia, ao longo de gerações, o esquema dicotômico, que consolidou a atuação internacional do país. Todavia, não há, atualmente, um inimigo à altura do poderio dos Estados Unidos ou que uma países – principalmente

desenvolvidos – em torno de um projeto norte-americano, de modo que há um evidente desajustamento entre os Estados Unidos e seus Estados aliados e tributários.

Se as demais potências não possuem o poder real de vetar ações norte-americanas; por outro, os Estados Unidos precisam do apoio destas para levar adiante alguns de seus empreendimentos, sem o qual correm o risco de colocarem-se em perigoso e rotineiro isolacionismo – bastando lembrar questões fundamentais recentes como o Tribunal Penal Internacional, o Tratado Ambiental calcado no Protocolo de Kyoto e a crise no Oriente Médio -, visto que a sua primazia militar e econômica não suplantaria a ausência da legitimidade político-moral.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

O “Aniversário”

Cristina Soreanu Pecequilo*

Da Guerra da Secessão à Oklahoma, passando por Pearl Harbor e Vietnã, a história dos EUA sempre foi marcada por eventos significativos que, segundo a interpretação dos próprios americanos, serviram para testar a vontade e a integridade da nação e seu papel como modelo e disseminadora dos valores da democracia e da liberdade. Há um ano atrás, a América sofreu o que muitos tem considerado o maior de todos estes testes, os atentados terroristas de 11/9 em NY e Washington, DC. Na oportunidade, foram atingidos símbolos do poder econômico, político e militar americano e a integridade do território continental, violado pela primeira vez. Mais ainda, atingiu-se a solidez da própria nacionalidade americana, disseminando uma renovada onda de patriotismo.

Em retrospecto, dentro e fora dos EUA, as primeiras reações variaram desde a incredulidade até a fascinação, havendo tanto condenações explícitas dos atentados como elogios aos terroristas por, finalmente, terem conseguido impor aos americanos o mesmo tipo de sofrimento que eles espalhavam pelo mundo. Além disso, independentemente do espectro ideológico defendido, seja entre os especialistas, como entre a opinião pública americana e mundial, predominaram alguns sentimentos comuns: a surpresa diante da ousadia, mas ao mesmo tempo simplicidade, dos atos, e a expectativa de que mudanças profundas afetariam as relações internacionais. Beneficiados pelo desenrolar dos acontecimentos e acúmulo de análises, devemos retomar 11/9, avaliando os seus reais impactos sob o sistema e a política externa dos EUA.

No que se refere à resposta americana, a reação imediata foi de perplexidade, partindo-se para a construção de uma ofensiva dupla: a militar e a

retórica. Inicialmente, tratou-se de assegurar a sociedade de que nada mais aconteceria, pois a situação já estava sob controle, apontando-se um culpado: Osama Bin Laden e a rede terrorista Al-Qaeda (até o momento apesar da grande quantidade de vídeos liberada pelos americanos, os ataques não foram assumidos nos moldes tradicionais). Buscou-se desvincular estes personagens do mundo muçulmano, colocando-os como extremistas que não eram representativos do Islã. O objetivo era impedir um distanciamento de aliados árabes, como manter aberta a possibilidade de agregar novos parceiros, que eventualmente seriam necessários ao desencadear da operação, afastando a hipótese de que os atentados eram um “choque de civilizações”. Porém, a tese de Samuel Huntington manteve-se em evidência.

Tal situação pode ser facilmente percebida nas justificativas que desde 2001 são apresentadas para sustentar as motivações dos terroristas. O maior temor destes grupos fundamentalistas é avaliado como sendo o medo da propagação inexorável do modelo liberal americano (e ocidental) dada sua superioridade diante dos demais sistemas. O objetivo central dos ataques não seria o poder bruto da superpotência, mas sim seus valores e práticas (e, por isso, o ataque a símbolos e não à real capacidade operacional americana). Desta forma, os EUA mais uma vez se viam compelidos, como na época da Guerra Fria, a combater o mal, em benefício de todo o mundo livre, impedindo o fortalecimento de visões e regimes autoritários. Inclusive, a combinação de ameaças físicas e morais à América garantia ao país o direito de se defender, dentro da lógica liberal da Guerra Justa. Em particular, chamou a atenção um documento intitulado Carta da América, assinado por intelectuais

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

americanos de diversas universidades (inclusive Francis Fukuyama), no qual estes argumentos estavam descritos.

Na verdade, não somente esta Carta, como uma grande parte das análises gira em torno deste mesmo tema, tanto na imprensa como em algumas revistas especializadas. Como bem explicita Daniel Lazare¹, “Se a América é odiada, é porque é muito livre e dinâmica. Se ela é culpada, é culpada por ser tão boa”. A surpresa pelos atentados é revelada em seu já mencionado ineditismo e na incompreensão por parte dos americanos de que sua sociedade e posição hegemônica são odiadas. Outro aspecto desta justificativa, é que ela tem levado à pressão por uma unanimidade pró-Bush nos contextos interno e externo, como se revela em discursos que enfatizam a premissa do bem contra o mal e do “nós contra eles”. Além disso, sugere-se que na luta qualquer preço deve ser pago como a diminuição de direitos civis e maior controle da vida particular dos cidadãos (principalmente os de origem não-americana), devendo-se aceitar sacrifícios.

Apesar deste tipo de ação policial doméstica e justificativa idealista ser comum na história americana e que esta reação possa parecer natural em uma época de crise, isto facilita o avanço de um governo de cunho conservador. A maior vítima de 11/9 foi a própria natureza deste sistema democrático que a presidência diz estar preservando, dificultando o choque de idéias². Esta postura encobre as

“Apesar deste tipo de ação policial doméstica e justificativa idealista ser comum na história americana e que esta reação possa parecer natural em uma época de crise, isto facilita o avanço de um governo de cunho conservador. A maior vítima de 11/9 foi a própria natureza deste sistema democrático que a presidência diz estar preservando, dificultando o choque de idéias.”

verdadeiras motivações políticas dos atentados e as raízes de outras formas de descontentamento e desprezo com as atitudes dos EUA. E, dentre estas raízes, podemos mencionar a política americana para o Oriente Médio e a posição única de poder hegemônico assumida com o fim da bipolaridade. Depois do desaparecimento do perigo soviético, a

realidade de supremacia dos EUA maximizou em excesso o sentimento de invulnerabilidade presente não tendo ocorrido uma reavaliação adequada dos novos riscos de segurança do pós-Guerra Fria.

A despeito da administração atual ter perseguido desde 2000 uma postura agressiva, também não houve de sua parte a reformulação desta agenda de riscos. Tanto liberais quanto conservadores compartilharam desta percepção de proteção e isolamento, superestimando a segurança interna e divergindo apenas quanto aos métodos mais adequados para exercer a hegemonia. Enquanto as pombas como o Secretário de Estado Collin Powell, defendiam a continuidade

do multilateralismo e da liderança de baixo perfil como no governo anterior, os falcões, representados por Dick Cheney e Donald Rumsfeld, optaram por uma estratégia unilateral, definindo uma lista de prioridades que recuperasse o vigor da liderança. Nesta lista destacaram-se como principais alvos as organizações e tratados de cooperação global que constroem a liberdade de ação americana (ONU, Tratado de Kyoto, o Tribunal Penal Internacional, somente para

¹ LAZARE, Daniel. “America’s patriot games”. *Le Monde Diplomatique*, August 2002

² Uma presidência que, na verdade, foi eleita sem a adequada legitimidade e idoneidade dentro desta mesma democracia.....

mencionar alguns) e as potências tradicionais China, Rússia e até mesmo os aliados da União Européia.

Com isso, mesmo que alguns relatórios do Congresso e da CIA³ indicassem a fragilidade dos mecanismos de defesa americanos dentro de seu território, o choque de 11/9 foi totalmente inesperado. Além da incompreensão do fato em si, houve uma grande dificuldade em aceitar que os EUA haviam sido alvos de uma política de força e que estariam diante de uma guerra, ainda que de natureza e alcance diverso da confrontação com a URSS e das duas guerras mundiais prévias. Embora seja correto afirmar que a probabilidade de confrontação hegemônica é baixa no sistema atual, dada a disparidade de poder entre os EUA e as potências do segundo nível acima mencionadas, isso não significa que elas estejam confortáveis. Afinal, a ausência de confrontações hegemônicas não implica o desaparecimento da guerra como instrumento de ação e a sua eclosão em escala regional e local, em especial dentro de Estados fragmentados e não-sustentáveis. Tais Estados tem se revelado como portos seguros para atividades terroristas e posturas políticas fundamentalistas⁴ diante de um cenário de miséria e desigualdade que somente se aprofunda com as disparidades geradas pela globalização e suas práticas culturais, políticas e econômicas.

E, se a globalização cria estas disparidades, ela também facilita a eliminação das fronteiras por suas pressões, gerando a transformação da natureza da guerra. Tradicionalmente desde o surgimento e a consolidação dos Estados-Nação, os conflitos no sistema internacional ocorreram entre entidades de

caráter semelhante, ou seja, entre Estados. Da mesma forma, os atos terroristas, a despeito de sua identificação com nações e movimentos políticos específicos, sempre foram considerados eventos esporádicos cujo combate era efetuado através de instrumentos repressivos internos (e particulares de cada um dos Estados atingidos). Todavia, 11/9 ultrapassou, e misturou, estas duas tendências, dando início a um conflito de caráter assimétrico em diversos aspectos.

Em primeiro lugar, com a declaração de guerra de Bush a Al-Qaeda estamos diante de um conflito entre um Estado e um ator transnacional, sendo que o Estado em questão é a potência hegemônica do sistema e seu desafiador um grupo terrorista com diversas redes nacionais de sustentação, tendo como sua base central um Estado, o Afeganistão. Segundo, ao desencadear suas operações ditas multidimensionais, ou seja, de combate a um inimigo de caráter transnacional e seus instrumentos de poder, os EUA buscaram a construção da coalizão global anti-terror, tornando o problema mundial e não somente americano. Por seu lado, os membros desta coalizão dela participaram por motivos variados, que não somente a defesa da liberdade: interesses próprios em combater seus terroristas (Rússia e China), benefícios políticos e econômicos (Paquistão) e uma forma de enquadrar as ações americanas que desde a posse de Bush tendiam ao unilateralismo. Terceiro, apesar da declarada multidimensionalidade do conflito, os EUA optaram pela força militar como elemento de combate decisivo. Assim, as atividades da Operação Liberdade Duradoura (antes denominada Justiça Infinita) concen-

³ Nos últimos meses membros do governo foram chamados a depor no Legislativo a respeito do real conhecimento que possuíam antes dos atentados. Algumas denúncias sugerem que os republicanos sabiam dos riscos, mas que não foram capazes de prevenir os ataques ou advertir a população. Outras críticas referem-se à incapacidade dos serviços de inteligência em interpretar as informações coletadas devido à ausência e o despreparo de especialistas gerado pela desmontagem destes aparatos com os cortes de orçamento pós-bipolaridade. Além disso, os EUA continuam perdendo a guerra da propaganda.

⁴ Uma interessante observação a respeito da relação entre a hegemonia dos EUA e as possibilidades de sua confrontação é feita por Charles Fairbanks em *The National Interest*, Summer 2002: “O 11 de Setembro foi um sinal de que o acúmulo de poder americano chegou a um tal ponto que quase todos os inimigos responderão de forma assimétrica.”

traram-se em ataques tradicionais ao Afeganistão, essenciais como demonstração de força para opinião pública doméstica, e no controle da transição política deste país, estendendo o poder de influência americano na Ásia Central como objetivo adicional, mas não declarado de Washington. Nesta região, estendendo-se por todo o Oriente Médio, a presença americana invade limites russos e chineses, afeta o instável equilíbrio Índia e Paquistão, além dos intercâmbios com a Arábia Saudita, o Irã, o Iraque, somando-se as tendências abertamente pró-Israel, apesar das ações favoráveis à criação do Estado palestino (desde que sem Yasser Arafat).

Apesar da retórica e prática inicial da guerra, os EUA, sob a presidência Bush, não abandonaram nenhuma de suas concepções iniciais como esperava a comunidade internacional. Apenas se reforçaram parâmetros prévios, transformando o “mandato anti-terror” em uma postura de elevado intervencionismo. Não se comprovaram, assim, as hipóteses de uma mudança de rumos republicana, havendo a instrumentalização do unilateralismo em nome do “interesse e da segurança mundial e dos EUA”. Seja com o protecionismo comercial ou o desinteresse pelas questões ambientais como se revelou na Rio +10, a linha unilateral fortalece-se, em especial nos setores estratégicos e militares. Neste sentido, estão incluídos a continuidade do sistema anti-mísseis, o rompimento do Tratado ABM e as revisões das posturas nucleares e convencionais do Pentágono. Segundo esta revisão, os EUA se reservam o direito de fazer uso de armas nucleares táticas (com menor poder de destruição) contra quaisquer inimigos, mesmo os que não detenham esta tecnologia. Além disso, foi elaborada e vem sendo desenvolvida a Doutrina Bush, tendo como principal inimigo o terrorismo, cuja base de sustentação é a premissa da defesa ofensiva e dos

ataques preventivos contra os Estados bandidos que compõem o Eixo do Mal⁵: Irã, Coréia do Norte, Iraque, além de Cuba, Síria e Líbia.

Contudo, é a iminência de uma nova guerra contra o Iraque que demonstra as reais inclinações da presidência Bush, causando grande apreensão. Os EUA já declararam abertamente que, se necessário, empreenderão uma campanha militar para destituir Saddam Hussein, ainda que na ausência do apoio de seus aliados e do CS da ONU. Como justificativa, os americanos apresentam o fato de que o Iraque continua a desenvolver armas de destruição em massa, impedindo as inspeções da ONU. Todavia, além da Grã-Bretanha e Israel, nenhum país deseja esta operação dada suas implicações estratégicas e econômicas, existindo bastante desconforto diante das atitudes de Bush e manifestações abertamente contrárias como as do Chanceler alemão Gerhard Schroeder e da Liga Árabe.

Cada vez mais, esta guerra contra o Iraque é percebida como um objetivo particular de Bush, desvinculado de 11/9 e até mesmo de ameaças reais que Saddam Hussein pudesse de fato trazer ao sistema (motivos pessoais e o interesse no petróleo são alguns motivos sugeridos). Até figuras tradicionais do *establishment* como Jimmy Carter e membros do antigo governo Bush pai como Lawrence Eagleburger e James Baker III questionam os motivos e os métodos atuais da hegemonia. Às vésperas das eleições legislativas e estaduais de Novembro, o apoio à guerra é compartilhado por apenas 53% dos americanos (sendo o apoio total de Bush no cargo hoje de 65%). A maior preocupação desta população continua residindo em seu cotidiano, emprego, assistência médica, educação e impostos, mencionando-se ainda os escândalos corporativos que pairam sobre o país e seu sistema financeiro. Outra fonte de indagação

⁵ Recente artigo do jornal *The Washington Times* trazia mais alguns “candidatos” ao posto de inimigos dos EUA: a Venezuela de Chavez e o Brasil, caso as eleições presidenciais deste ano fossem ganhas por um candidato de esquerda (no caso, Lula, definido como “pró-Castro”).

refere-se à possibilidade de empreender esta operação agora, já que a campanha do Afeganistão, na verdade, não se encontra de forma alguma resolvida. Afinal, nem Bin Laden foi capturado, a Al-Qaeda desmontada ou fortalecida a transição do país como comprovam os frequentes atentados contra civis e autoridades políticas (Karzai já escapou de diversas tentativas de assassinato).

Por fim, se 11/9 não colocou um fim ao unilateralismo, como lhe deu novo fôlego, pouco se alterou internamente. Até agora, a despeito dos sacrifícios em sua liberdade individual, a sociedade americana não obteve muitas respostas sobre estes atentados ou os posteriores ataques biológicos com antraz, permanecendo uma elevada sensação de fragilidade. Apesar da criação do Departamento de Segurança Doméstica a cargo de Tom Ridge, e do todo os sistema de alertas de segurança e novos procedimentos adotados por todo o país, os EUA

continuariam despreparados para prevenir e enfrentar um novo ataque terrorista a seu território, seja ele organizado por grupos externos ou internos. Como única certeza, permanece o fato de que a América não é mais invulnerável, devendo-se aprender a redefinir o que se entende por normalidade nos EUA.

Neste contexto, a transição do pós-Guerra Fria continua seguindo seu rumo, ainda que eventualmente acelerada, liderada por uma hegemonia que, contrariando suas tradições e as lições da história, busca o conflito por suas próprias escolhas. Se 11/9 gerou o medo, ele também criou a expectativa, já frustrada, de que diante da violência, respostas poderiam ser encontradas para uma correção de rumos positiva em direção à estabilidade e à igualdade. Um ano depois, os ataques ao WTC e ao Pentágono continuam a nos surpreender. Hoje, não mais pela ousadia e novidade de seus atos, mas pelas poucas mudanças que efetivamente trouxeram.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *ReINet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2001 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Um ano depois, cooperação regional mais solta na Ásia-Pacífico

Paulo Antônio Pereira Pinto*

Por ocasião do primeiro aniversário dos atentados, renova-se o interesse por reflexões sobre as relações internacionais, após 11 de setembro passado. Desde então, nessas colunas mensais, segue o esforço de identificação da agenda de preocupações da Ásia-Pacífico e de mapeamento de tendências e atores capazes de contribuir para estratégia de aproximação do Brasil desta parte do mundo.

Nota-se, a propósito, que até os acontecimentos devastadores naquela data, a possibilidade de réplica, na Ásia-Pacífico, de formas de governança e de organização de mercado, vigentes na orla norte-americana daquele oceano, fazia parte essencial das convicções dos que acreditam que a globalização da economia, com seu “production sharing”, levaria à perpetuação do ordenamento internacional nos moldes desejados pelo Ocidente.

Fica cada vez mais claro, no entanto, que qualquer processo de integração, antes de tornar-se global, terá que passar por etapa de cooperação no âmbito regional.

Nessa perspectiva, nos últimos doze meses, ênfase tem sido concedida através do mundo à possibilidade de conflito entre civilizações, na medida em que se realizaram e são aguardadas represálias norte-americanas contra terroristas e países que os

abriguem ou, a juízo de Washington, sejam capazes de cometer tais atos. Fala-se em coalizões de diferentes formatos e interesses, que prevaleceriam em etapas sucessivas.

Esquecidas ficam, pelos menos temporariamente, as rivalidades entre os EUA e a RPC que, desde o início do atual governo norte-americano, transformaram uma parceria que tinha caráter estratégico, durante a Administração Clinton, em competição com Pequim. Desvinculados da confrontação principal, entre a América do Norte e o Oriente Médio e o Sul da Ásia, os países asiáticos da vertente do Pacífico ficam, agora, mais soltos para exercitarem sua própria

cooperação regional.

Nesse contexto, parece fortalecido o argumento que tem sido defendido em colunas anteriores, quanto ao fato de que estaria em curso a emergência, na Ásia-Pacífico, de um novo paradigma marcado pelo ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que voltariam a ser fator de agregação. Tal evolução viria a, gradativamente, provocar a coincidência entre uma nova fronteira econômica da RPC e antiga área de influência político-cultural chinesa. Este processo ocorreria com a preservação de valores culturais que garantiriam uma base de sustentação de novo modelo, que permitiria

“Esquecidas ficam, pelos menos temporariamente, as rivalidades entre os EUA e a RPC que, desde o início do atual governo norte-americano, transformaram uma parceria que tinha caráter estratégico, durante a Administração Clinton, em competição com Pequim.”

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de treze anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

às sociedades civis da área recuperarem a capacidade de perceber o meio em que vivem como parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos. Tratar-se-ia, também, de voltar a proporcionar a capacidade de negociação entre civilizações que conviveram, durante séculos, ao Sul da China, sem que o poderoso vizinho meridional procurasse o domínio econômico ou a conquista territorial (à exceção do Vietnã) com o emprego da força.

Dessa forma, na medida em que a atual instabilidade mundial venha a levar esta parte do mundo a buscar uma moldura de equilíbrio regional próprio, novas formas de cooperação e integração, com forte embasamento em valores culturais herdados de um período de influência predominante chinesa, contribuirão para a manutenção do dinamismo na Ásia-Pacífico. Isto é, tradicionalmente, a influência criada pela China, ao Sul de suas fronteiras, era expressa por sua incontestável superioridade em termos de organização política e social de produção de normas éticas e procedimentos executados exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre as nações. Não se procurava o domínio econômico ou a conquista territorial dos Estados vizinhos, com o emprego da força. Como resultado, áreas que incluem hoje Hong Kong, Macau, Taiwan e o Sudeste Asiático, tinham a percepção constante de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida.

Verifica-se, portanto, que mecanismos muito peculiares poderão servir de cimento para a estabilidade futura das sociedades da Ásia-Pacífico. Estes não se resumiriam à réplica de práticas de economia de mercado, nos moldes anglo-saxões, que permitiriam a expansão da "production sharing", decorrente da

livre circulação dos atores econômicos mundiais, para o estabelecimento de formas de governança adotadas pelo vencedor da Guerra Fria.

Tal evolução ocorreria com a preservação de valores culturais que garantiriam uma base de sustentação de novo modelo, a ser consolidado a partir do ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que possibilitariam às diferentes sociedades civis da área recuperarem a capacidade de perceber o meio em que vivem como parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos. Ademais, existe a possibilidade de que laços culturais possam vir, por um lado, a ser fator determinante na expansão de fronteira econômica na área em questão. Por outro, serviriam como fórmula de cooperação a ser aplicada com vistas a solucionar problemas de governabilidade, em diferentes regiões da Ásia-Pacífico. Na medida em que se chegasse a este patamar, haveria possibilidade de influenciar ajustes para melhor convergência, por exemplo, entre "chineses de ultramar" e populações majoritariamente maláias, na Indonésia e Malásia, e entre agrupamentos sociais de maioria Han e minorias muçulmanas no Extremo-Oriente da China.

Caso confirmada esta tendência, o fato de a Ásia-Pacífico ter sido poupada de maior envolvimento nos fatos pós-11.09.01 poderia, na prática, contribuir para a criação, nesta parte do mundo, de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, tendo laços culturais como sustentação, em oposição ao exercício da força como garantia de esfera hegemônica, conforme continua a ocorrer, como consequência dos atentados, há um ano, em outras regiões. Estabelecer-se-ia, assim, nova bipolaridade ideológica mundial.



O aprofundamento do conflito israelo-palestino face ao terrorismo

Carmen Lícia Palazzo*

Os atentados de 11 de setembro de 2001 ocorreram em uma fase extremamente delicada das negociações de paz no Oriente Médio. Apesar dos esforços e da habilidade de Madeleine Albright, o governo Clinton já havia se despedido sem ter logrado sucesso como intermediário para a solução do conflito israelo-palestino. Por outro lado, Ehud Barak não conseguiu fazer com que Arafat aceitasse suas propostas, o que acabou comprometendo a credibilidade dos moderados do lado israelense, conduzindo Sharon e a direita ao poder.

Forças contrárias a concessões de ambas as partes complicaram o quadro geral dos acordos, ficando claro que a interferência externa, fosse ela do novo governo americano, liderado por Bush, ou árabe, através das diversas tentativas do Egito e da Jordânia, pouco influiriam nas decisões regionais. Ainda assim, pequenas conquistas foram sendo alcançadas, e entre os israelenses cresceu a participação de uma opinião pública muito crítica ao expansionismo dos novos assentamentos judaicos. O Hamas mantinha sua política de atentados mas no decorrer do primeiro semestre de 2001 esperava-se a retomada do diálogo, na medida em que era visível um certo cansaço com relação à violência de caráter endêmico na região.

A partir dos dramáticos ataques comandados por Osama Bin Laden, porém, uma face mais destruidora e inesperada do terror aprofundou as divergências que até então vinham sendo discutidas sem muita ênfase nas questões religiosas. Se a plataforma de Guerra Santa de Bin Laden não se dirigia exclusivamente ao conflito israelo-palestino, ela, no entanto, fornecia um discurso perfeito para incentivar o recrutamento de candidatos ao martírio por parte do Hamas. A mensagem do terrorista saudita, acoplada a uma operação de espantosa agressividade, deu um grande alento às posições fundamentalistas, essenciais para justificar as missões suicidas.

O apelo à "jihad", longe de favorecer a luta pela criação de um Estado Palestino, minou mais ainda a frágil posição de liderança de

Yasser Arafat, pois reforçou o prestígio dos chefes militares. Além disto, dificultou o retorno ao poder da esquerda israelense. A cada novo atentado, foi crescendo o desejo de segurança e o apoio a Ariel Sharon. Problemas concretos e desvinculados de questões religiosas, como o direito de retorno dos refugiados e o aproveitamento das águas do rio Jordão, que estavam sendo discutidos em profundidade em vários níveis da sociedade, passaram para segundo plano.

"O apelo à "jihad", longe de favorecer a luta pela criação de um Estado Palestino, minou mais ainda a frágil posição de liderança de Yasser Arafat, pois reforçou o prestígio dos chefes militares. Além disto, dificultou o retorno ao poder da esquerda israelense. A cada novo atentado, foi crescendo o desejo de segurança e o apoio a Ariel Sharon."

* Professora do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, mestre e doutora em História pela Universidade de Brasília e pesquisadora visitante da Georgetown University, Washington.

Uma das conseqüências mais sérias do recrudescimento da violência foi a diminuição do espaço de diálogo entre os inúmeros grupos mistos de israelenses e palestinos dedicados a cuidar de questões econômicas e de direitos humanos. Nem tudo se perdeu em função do medo de novos atentados, já que iniciativas como o B'Tselem, Centro de Informações sobre Direitos Humanos nos Territórios Ocupados, continuam de pé mesmo atualmente, mas a ênfase na idéia de guerra de religião tem prejudicado a racionalização do conflito em termos laicos.

A já anteriormente frágil posição de Arafat como uma liderança representativa está totalmente abalada, a ponto dele próprio considerar a possibilidade de renúncia. O vazio de poder é talvez o maior risco dos próximos meses, o que colocaria a perder os avanços alcançados até hoje em termos de negociações. Novas eleições para o Conselho Legislativo Palestino estão marcadas para janeiro de 2003, mas é grande a possibilidade de aumento na representação dos radicais.

Nos Estados Unidos, o Presidente Bush conta em sua equipe com elementos moderados, como Colin Powell, que foi contrário ao humilhante bloqueio a Arafat comandado por Sharon, e é pouco entusiasta de uma guerra contra o Iraque. Mas têm maior influência em suas decisões os defensores de posições duras e maniqueístas, como Condoleezza Rice e Donald Rumsfeld, que pregam, de forma simplista e pouco preocupada com as conseqüências de médio prazo, o que consideram um puro e simples combate ao mal.

Na imprensa americana, o que se pode constatar é que nem todos os judeus apoiam a idéia de repressão ao terror a qualquer custo. Thomas Friedman, analista qualificado dos problemas do Oriente Médio, e Bernard Lewis, historiador respeitado, ambos com trânsito entre israelenses e palestinos e no mundo árabe em geral, costumam ser críticos das posições republicanas.

Um breve balanço da situação do Oriente Médio, portanto, passado um ano dos atentados de 11 de setembro, leva-nos a concluir que Bin Laden e seus seguidores lograram insuflar uma alta dose de fundamentalismo em uma disputa na qual a religiosidade era apenas um dos componentes e não o mais importante. As vozes cristãs e laicas, que se encontram representadas no Conselho Legislativo Palestino, perderam seu espaço, já que as atitudes de ambos os lados atualmente estão polarizadas entre o uso do terror como instrumento de reivindicação e o exercício da repressão em nome da segurança. Os ataques de Ariel Sharon a civis palestinos, na esteira da caça aos chefes militares do Hamas, são parte de um macabro círculo vicioso que ganhou nova ênfase a partir dos atentados de Bin Laden.

Os americanos, temendo sofrer novas agressões, mas também sentindo-se assombrados por outros fantasmas que compõem seu próprio imaginário de um Oriente indiscriminadamente ameaçador, preparam-se para uma guerra contra o Iraque, o que certamente deixará mais distante a possibilidade de paz entre israelenses e palestinos.

Muçulmanos, judeus, cristãos e laicos, Oriente e Ocidente, só há perdedores após os atentados de 11 de setembro de 2001.



O 11 de setembro e a África

Wolfgang Döpcke

Disseram que os atentados de 11 de setembro iriam mudar o mundo. Mas não mudaram nada...

Fortaleceram-se, contudo, tendências que já estavam bem encaminhadas antes do evento, principalmente o unilateralismo hegemônico da política mundial dos Estados Unidos da América. Neste sentido, os atentados representam um passo importante no caminho de um mundo verdadeiramente multilateral e multipolar, tão sonhado depois do fim do "socialismo real", para a dominância hegemônica, pelo menos em termos político-militares, dos Estados Unidos. Em vez de ser fortalecida, a oposição à hegemonia norte-americana enfraqueceu-se, internacional- e domesticamente. A frase, tanto citada, "Father, why do they hate us so much?", não teve conseqüências no cenário político da América do Norte. O discurso político-ideológico pós-11 de Setembro não questionou a postura internacional do país, nem as suas contradições, nem seus supostos valores culturais norteadores que o governo postula como universais. Com a queda das

duas torres e com o choque da vulnerabilidade, a auto-estima dos Estados Unidos não foi abalada, pelo contrário. A sociedade saiu mais coesa do trauma, unida em torno de valores nacionais, conservadores, egocêntricos e paroquiais. Mais ainda, os atentados

provocaram a sobreposição de duas categorias sociais distintas de vítimas: a elite financeira, de um lado, e o homem comum e trabalhador (como os bombeiros

de Nova Iorque) de outro, reforçando assim o sentimento de unidade nacional. Ademais, deram ampla oportunidade de representar, no choque e no luto, a supostamente harmônica multi-ethnicidade da sociedade nova-iorquina (porém com notáveis exceções). Junto com a reafirmação da identidade norte-americana fortaleceram-se imensamente no centro de poder os círculos conservadores e reacionários, grupos dominados pelos velhos guerreiros da luta anticomunista, o militar e o complexo industrial-militar, os serviços secretos (apesar da aparente incompetência em evitar os atentados) e a indústria petrolífera. Esta Santa Aliança entre a direita política e o complexo industrial-militar saiu de uma forma tão impressionante como a grande vencedora dos atentados, que suposições como as de o Bin Laden nunca teria mudado de lado e ainda trabalharia para a CIA poderiam parecer convincentes.

Mas, se o leitor rejeita a idéia de uma mega-conspiração e da continuidade da longa e eficaz tradição dos Estados Unidos em encenar incidentes, e pressupõe como objetivo dos atentados a intenção de ferir este país ou o seu governo, neste caso, o ato

"Se o alvo foi a qualidade simbólica ou metafórica das duas torres, representando todos os males do capitalismo desenfreado norte-americano, o imperialismo econômico e financeiro, a globalização e o FMI, como muitos comentaristas brasileiros sugeriram, trata-se de um ato de extrema ingenuidade. Apesar de causarem um efeito conjuntural temporário, os atentados, além de não arranharem os alicerces do capitalismo moderno, deram ao capital financeiro "um rosto humano", através das vítimas e do luto das suas famílias."

terrorista, além de desumano, só pode ser considerado como um fundamental fracasso. Se o alvo foi a qualidade simbólica ou metafórica das duas torres, representando todos os males do capitalismo desenfreado norte-americano, o imperialismo econômico e financeiro, a globalização e o FMI, como muitos comentaristas brasileiros sugeriram, trata-se de um ato de extrema ingenuidade. Apesar de causarem um efeito conjuntural temporário, os atentados, além de não arranharem os alicerces do capitalismo moderno, deram ao capital financeiro “um rosto humano”, através das vítimas e do luto das suas famílias. Se o objeto de contestação teria sido a atuação internacional do “imperialismo norte-americano”, sua “arrogância”, seu “egoísmo” e sua brutalidade e intolerância em defender supostos interesses nacionais em qualquer lugar do mundo (uma pressuposição também compartilhada por muitos comentaristas brasileiros), o atentado teve o efeito de fortalecer este próprio imperialismo. Se o alvo teria sido a presença de tropas norte-americanas no Oriente Médio e/ou nas terras sagradas do Islã, novamente os americanos saíam ganhando. Eles não somente permanecerem na Arábia Saudita e em vários lugares do Golfo Árabe, mas acabaram também com o *safe-haven* dos Talibãs no Afeganistão, aumentaram a sua presença militar/policial em vários países asiáticos em nome do combate ao terrorismo, abriram acesso às regiões da Ásia Central, ricas em petróleo, e conseguiram forjar uma aliança com países islâmicos, como o Paquistão, que dispunham anteriormente de uma certa simpatia junto ao regime talibã. Se o contexto teria sido o conflito no Oriente Próximo entre o Estado de Israel e os Palestinos, os atentados, como se sabe bem, prejudicaram imensamente a causa palestina e reforçaram e legitimaram a política fundamentalista e militarista do governo de Israel contra esta população.

Todos estes momentos, apontados como conseqüências dos atentados não representam transformações, nem do sistema internacional, nem

da política doméstica dos Estados Unidos. São tendências que surgiram depois do fim da bipolaridade e que saíram fortalecidas depois do 11 de Setembro. Então, podemos observar mais continuidades do que transformações ou rupturas.

A mesma afirmação pode ser feita no que concerne às repercussões dos atentados no continente africano. Depois de um enfoque inicial quase exclusivamente no Próximo e Médio Oriente como região “de origem” do islamismo, a ameaça terrorista ganhou, de repente, no continente africano, uma certa proeminência. Abriu-se, de repente e momentaneamente, uma janela para o continente, esboçando oportunidades e atenção. Porém, este fôlego de interesse não se sustentou e, logo depois, a África, de novo, mergulhou no esquecimento. Sob a perspectiva africana também, os atentados de 11 de Setembro não mudaram o mundo, embora não deixassem de ter um certo, ainda que momentâneo, impacto.

Quais são as ligações entre a África e os atentados? Vamos explorar algumas vertentes. Em primeiro lugar, é importante destacar que a África sofreu com as primeiras vítimas das atividades do grupo de Bin Laden. Em dois ataques quase simultâneos com carros bomba, no dia 7 de agosto de 1998, contra as embaixadas americanas em Nairóbi e Dar-es-Salaam, terroristas mataram mais de 300 pessoas, sendo a grande maioria civis africanos e muitos de crença islâmica, no caso de Dar-es-Salaam. A retaliação americana destruiu, entre outros alvos, uma fábrica de remédios em Khartoum, Sudão. Ao contrário das vítimas do 11 de Setembro, os mortos e os mais do que 5000 feridos nos atentados na África Oriental rapidamente caíram no esquecimento. Entretanto, os acontecimentos fizeram com que os Estados Unidos reforçassem o combate ao terrorismo como um dos principais objetivos da sua política africana e focalizassem estas atividades principalmente na região da África Oriental e do Nordeste. Os dois alvos principais dessa política antiterrorista norte-

americana foram, em termos de Estados, o Sudão e a Líbia. Tentou-se o isolamento da Líbia e um verdadeiro cerco em torno do Sudão. Os Estados Unidos apoiaram sistematicamente os países vizinhos ao Sudão, países que guardavam atritos de várias naturezas junto ao regime de Khartoum. A animosidade principal entre estes países se construiu em função do apoio que o Sudão estava dando a grupos opositores aos regimes, às vezes armados, às vezes de natureza fundamentalista islâmica. A política norte-americana de contenção dos países supostamente apoiadores do terrorismo islâmico falhou fundamentalmente. Os seus dois aliados no Chifre da África, a Etiópia e a Eritreia, entraram em guerra entre si em 1998. Uganda e Ruanda, os dois países pró-americanos ao Sul do Sudão, também se voltaram militarmente um contra o outro sob questão de hegemonia regional e dos espólios de guerra disputados na mútua intervenção na República Democrática do Congo. Esta última inicialmente também fazia parte da ampla aliança contra o Sudão, mas depois chegou a mudar de lado. Mais recentemente, peças-chaves desta aliança antiterrorista, Uganda e Sudão, se aproximaram, abrindo espaço para uma melhor cooperação na África Central. A pressão norte-americana contra o Sudão teve que se render à realidade das complexas relações interafricanas e teve que ser substituída por uma abordagem mais conciliadora a este país. Da mesma maneira, a investida política e diplomática norte-americana contra a Líbia terminou em fracasso. Este país, muito habilmente, quebrou o cerco americano e o seu isolamento diplomático com a ajuda dos seus petrodólares, lançando-se como campeão da causa africana na ocasião da recente criação da União Africana.

A prioridade dada na política africana dos Estados Unidos ao combate ao terrorismo trouxe oportunidades para vários regimes, fortalecendo alguns nos seus confrontos com a oposição interna. Foi criada, embora apenas momentaneamente, uma espécie de aliança estratégica que ignorava a natureza

destes regimes africanos. Esqueceu-se, nestes casos, como por exemplo em relação aos aliados norte-americanos na África Oriental, o discurso ocidental em prol da democracia, governabilidade e direitos humanos. Contrariando diretamente os valores deste discurso internacional e os princípios muito valorizados pelo Ocidente no seu relacionamento com os países do Sul, os Estados Unidos passaram a apoiar regimes democraticamente pouco legitimados. Esta transposição do discurso democrático pela lógica de alianças estratégicas representa a segunda vertente do impacto do terrorismo internacional sob a África. Portanto, não se trata de uma transformação profunda e duradoura das relações entre o Ocidente e os países africanos. Não chega a se estabelecer uma nova lógica de Guerra Fria, nem uma revalorização da África aos olhos do Ocidente, em função da ameaça terrorista. A grande brecha entre a realidade africana e o discurso renovado de princípios democráticos, respeito aos direitos humanos e governabilidade se explica pela própria dinâmica da política africana e não por uma substituição deste discurso norteador nas relações entre o Ocidente e os países africanos.

Entretanto, logo depois dos atentados de 11 de Setembro e no contexto da resposta militar americana contra os talibãs e de um possível ataque contra a Somália (ou melhor, contra o que restou da Somália), insinuou-se a possibilidade de um aproveitamento da África como campo de batalha contra o terrorismo. Discutiu-se, em círculos governamentais e acadêmicos norte-americanos, um possível vínculo entre o subdesenvolvimento, o fenômeno dos *failed states*, o fundamentalismo islâmico e o terrorismo. Concluiu-se que a desintegração dos Estados, seja na África (a Somália, por exemplo) ou na Ásia (Afeganistão), e o desmembramento das sociedades, não somente teriam criado um terreno fértil para a proliferação de um islamismo radical, mas também teriam oferecido para os grupos terroristas espaços seguros e protegidos. Uma resposta adequada seria, segundo

os debates, um apoio maciço à reestruturação da capacidade democrática e governamental destas sociedades, envolvendo um compromisso sério com o desenvolvimento social destes países. Embora a política africana dos Estados Unidos por um breve momento esboçasse esta dupla abordagem de repressão ao terrorismo e política de desenvolvimento, a África, lamentavelmente, logo caiu novamente no esquecimento.

A esta vertente se juntaram, no debate público e acadêmico, reflexões mais profundas sobre possíveis raízes africanas do islamismo terrorista. Notava-se que, de um lado, uma boa parte dos terroristas procurados pelos Estados Unidos era de origem africana, principalmente da África do Norte e da África Oriental. Em segundo lugar, observou-se que o continente africano foi uma das poucas regiões do mundo onde ocorreram manifestações públicas de apoio ao ataque contra o World Trade Center em Nova Iorque. Em uma destas ocasiões, na cidade de Kano no Norte da Nigéria, estas manifestações se mesclaram a tensões étnicas e sociais, causando tumultos e ataques à minoria cristã, deixando mais de 100 pessoas mortas. Diversos líderes e grupos muçulmanos, especialmente da Nigéria, declararam a sua simpatia à causa de Bin Laden e da Al Qaeda. No momento do ataque dos EUA ao Afeganistão, o protesto das congregações muçulmanas e manifestações de solidariedade aos irmãos talibãs eram unânimes e generalizados no continente africano. Embora as interconexões entre a crença muçulmana, o fundamentalismo islâmico como filosofia e modo de vida, e o islamismo (político e violento) sejam complexas, não lineares e não automáticas, estes vínculos existem nas comunidades islâmicas da África, embora certamente como uma expressão minoritária. A visão maniqueísta dos governos ocidentais e das correntes majoritárias do Islã de simplesmente excluir o fundamentalismo radical

da religião muçulmana, denunciando-o como um desvio ilegítimo da crença e como um abandono dos próprios princípios do Islã, representa uma grosseira simplificação do dogma e das tradições desta religião. O Islã, bem como as outras religiões monoteístas, tem potencial para desencadear um fundamentalismo politizado sem precisar abandonar os seus princípios fundamentais. A longa tradição dos *Jihads* na África Ocidental é a melhor prova deste vínculo entre crença, purificação da prática religiosa, fundamentalismo e política. Embora certamente não exista um automatismo entre Islã e fundamentalismo, a desestruturação de muitas sociedades africanas bem como o empobrecimento e a desorientação social e cultural de grandes populações no continente, – como está, por exemplo, acontecendo no Norte da Nigéria –, abre o caminho para a busca de soluções no fundamentalismo religioso. A simpatia expressa aos atentados e, conseqüentemente, um certo potencial apoio ao islamismo terrorista, representa mais um vínculo entre os eventos de 11 de Setembro e o continente africano. É um vínculo que merece reflexões mais profundas e seguras mas que, sem dúvida, existe.

Este ensaio iniciou-se com a afirmação de que os atentados de 11 de Setembro, embora fossem estarrecedores, não transformaram o mundo. Reforçaram e desencadearam, no máximo, tendências que já eram bem perceptíveis. A mesma avaliação se aplica ao caso africano. Os atentados em Nova Iorque e Washington não mudaram a inserção internacional do continente nem modificaram, de forma profunda, a política ocidental junto a ele. Também não atingiram o estado de miséria, desestruturação e de mau governo das sociedades africanas. Houve um breve momento de proeminência da África, no discurso e na política internacional, mas este surto de importância se desfez tão rapidamente quanto apareceu.



Os Direitos Humanos na Era do Terror: o primeiro aniversário dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001

Valerio de Oliveira Mazzuoli*

Ainda não se sabe muito bem como o mundo enfrentará a chegada do 11 setembro de 2002, que marcará o um ano dos atentados terroristas ao World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, onde milhares de vidas foram violentamente dizimadas em frente aos olhos de toda a população mundial. Naquela ocasião, feriu-se a integridade dos símbolos do poderio econômico dos EUA, e por conseqüência a própria estrutura dos sentimentos de nacionalidade e patriotismo, tão prezados pelo povo norte-americanos.

Em artigo publicado no *Jornal Folha de São Paulo*, de 9 de outubro de 2001, Flávia Piovesan, Silvia Pimentel e Valéria Pandjarijian questionaram o novo paradigma das novas relações internacionais pós 11 de setembro: “Era dos Direitos” ou “Era do Terror”? Passado um ano dos ataques terroristas ao World Trade Center

e ao Pentágono, a questão parece ainda não ter encontrado resposta. O mundo, um ano depois do maior ataque já sofrido pelos EUA em sua história, ainda segue digerindo suas conseqüências e sendo remodelado por elas. Discute-se ainda a dimensão histórica e o impacto dos atentados de 11 de setembro

de 2001 para as relações internacionais, cujos reflexos no campo dos direitos humanos são dos mais importantes.

“Se o pós-1945 significou o marco de uma nova era, com a reconstrução dos direitos humanos, violados em virtude das barbáries cometidas nesse período pelo regime Nazista, o pós-2001 parece também estabelecer um marco divisório para o processo de asserção dos direitos humanos, qual seja, o combate ao terrorismo concomitante à proteção internacional dos direitos humanos.”

Se o pós-1945 significou o marco de uma nova era, com a reconstrução dos direitos humanos, violados em virtude das barbáries cometidas nesse período pelo regime Nazista, o pós-2001 parece também estabelecer um marco divisório para o processo de asserção dos direitos humanos, qual seja, o combate ao terrorismo concomitante à proteção internacional dos direitos humanos.

Se no contexto internacional da Guerra Fria assistimos à bipolarização dos blocos, o Pós Guerra Fria passou a refletir, segundo o Prof. Samuel Huntington, o chamado “choque de civilizações” de que são exemplos, dentre outros, os principais conflitos da década de noventa como o da Bósnia, Ruanda, Timor Leste e Kosovo.

Certamente, era de fato esse “choque de civilizações” o resultado esperado por Osama Bin Laden, quando planejou os atentados aos EUA. Sem embargo de não podermos permitir, como já lecionou o Prof. Joseph Nye, que a idéia do choque de civilizações se torne uma profecia que se auto-realiza, devemos estar

* Professor de Direito Internacional Público e Direitos Humanos na Faculdade de direito de Presidente Prudente-SP.

atentos para que um fato como o ocorrido em 11 de setembro de 2001, não se transforme no marco da institucionalização da xenofobia, das perseguições arbitrárias e do desrespeito para com os direitos humanos.

Nesse contexto, as questões a serem colocadas são: como proteger e amparar os direitos humanos, conquistados através de incessantes lutas históricas e a altíssimo custo, numa época em que a sociedade internacional clama por segurança máxima? Como combater o terror protegendo e amparado os direitos humanos? Como impedir a asserção de uma “Era do Terror” em detrimento tão proclamada “Era dos Direitos”?

Para Flávia Piovesan, Silvia Pimentel e Valéria Pandjjarjian, é compreensível que 94% da população norte-americana – como reação emocional imediata aos ataques perpetrados por uma rede de poder difuso e oculto – demandasse uma resposta violenta, dura e agressiva, na lógica da justiça retributiva, mas é inaceitável que – em nome de uma pretensa e falaciosa luta do bem contra o mal – seja legitimada a retaliação bélica ao “inimigo” e a retaliação política do mundo entre “amigos dos EUA” ou “aliados dos terroristas” (*Idem, ibidem*).

As respostas aos ataques do 11 de setembro, que até hoje são sentidos por toda a população mundial, parecem não terem sido pautadas pelo respeito à dignidade humana e pelos princípios legados do processo civilizatório de nosso tempo. A morte de civis inocentes e a instigação da xenofobia não se compraz com as conquistas históricas no campo da proteção internacional dos direitos humanos, ou do chamado direito Pós 1945.

Sem embargo das demonstrações de solidariedade que se seguiram ao ataque (como a entrega de alimentos às populações presentes na área da retaliação bélica), as manifestações de nacionalismo exacerbado do governo dos EUA, pós 11 de setembro, são um importante fator de preocupação mundial, na medida em que o fortalecimento de um

nacionalismo com feição de ódio, culmina sempre no afastamento dos princípios que devem reger as boas relações internacionais e a proteção internacional dos direitos humanos.

Como destacam Flávia Piovesan, Silvia Pimentel e Valéria Pandjjarjian, “a restrição de direitos, a supressão de garantias, as perseguições, as detenções arbitrárias, a xenofobia e a intolerância com o outro – especialmente de origem árabe – enquanto respostas imediatas, poderão dilapidar e comprometer o patrimônio histórico de direitos que a humanidade construiu, no Pós-1945, em reação à herança de sistemáticas violações e atrocidades”.

Na guerra contra o terrorismo, lançada pelo governo Bush, cercearam-se liberdades e restringiram-se direitos universalmente consagrados. Populações civis inocentes foram violentamente mortas. Perseguições arbitrárias foram empreendidas, a intolerância e a xenofobia foram sobremaneira instigadas e a proteção dos direitos humanos passou a estar, na escala universal de valores, relegada à segundo plano pelo governo dos EUA, tudo em nome da “soberania nacional”. Como já deixei consignado em matéria publicada no *Jornal Correio Braziliense*, caderno “Direito & Justiça”, de 10 de setembro de 2002, “se existe noção alheia à de proteção internacional dos direitos humanos, esta noção é da soberania”, sendo “irreconciliável, pois, o seu fundamento com a dinâmica internacional de proteção de direitos, o que implica necessariamente na abdicação ou afastamento daquela noção tradicional, em prol da efetiva proteção dos direitos humanos no planeta”.

O esforço para com a consolidação de um “Estado de Direito Internacional”, que a cada dia se faz sentir no cenário mundial, notadamente com a instituição de cortes penais internacionais, responsáveis pela punição dos graves crimes contra a humanidade, de que são exemplos os casos Pinochet, Milosevic, os Tribunais *ad hoc* para Ruanda e Bósnia, a Corte Internacional para o Camboja, a instituição do Tribunal

Penal Internacional e o próprio Tribunal de Nuremberg de 1945-1946, certamente não pode encontrar seu termo nas ações desmedidas dos EUA na busca de reconstrução do seu orgulho gravemente ferido.

Se o terror deve ser combatido, os direitos humanos, da mesma forma, devem ser protegidos. E mais: devem os direitos humanos, na guerra contra o terror, serem preservados em grau máximo. Ao propor ataques preventivos, inclusive com armas nucleares, os EUA rejeitaram os princípios da Carta das Nações Unidas, de forma idêntica com que rejeitaram o Tratado Antimísseis Balísticos, firmado entre a União Soviética e os EUA em 1972 e o Tratado de Kyoto, que consolidou medidas para evitar o aquecimento global. Essa prova de desrespeito para com os compromissos internacionalmente firmados só nos leva a crer que os direitos humanos também serão deixados de lado nessa incessante vontade dos EUA

de reafirmar para o mundo a sua hegemonia de poder político e econômico.

Isso nos leva a refletir, cada vez mais, sobre o papel do jurista na manutenção da “Era dos Direitos”. Se, de um lado, parece difícil conciliar o terror com a proteção internacional dos direitos humanos, por outro lado, basta pensar no alto preço pago por toda a população mundial para se ter garantidos esses direitos, tanto no plano externo como no plano nacional, para se chegar à conclusão de que a “Era dos Direitos” deverá, sem sombra de dúvida, encontrar o seu lugar na eternidade.

Que este primeiro aniversário dos ataques terroristas aos EUA possa servir de base à reflexão do papel da proteção dos direitos humanos, nos cenários interno e internacional, mesmo em tempos de grave turbulência das relações internacionais, como este que estamos vivendo.

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Brasil: R\$ 30,00

Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

O fortalecimento do sistema unipolar, guerra vitoriosa contra o terrorismo e vulnerabilidade da América Latina

Eduardo Viola*
Héctor Leis**

Este artigo tem como objetivo fazer um balanço da evolução do sistema mundial, focalizado na dimensão de segurança, no ano transcorrido desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

O artigo tem as seguintes sete partes: 1 – as quatro dimensões de clivagem e alinhamento no sistema mundial; 2 – o fortalecimento do sistema unipolar e dos Estados; 3 – o incremento da segurança não compromete a democracia nos EUA; 4 – a nova doutrina da segurança nacional nos EUA e a substituição da contenção e dissuasão pelo ataque preventivo; 5 – o confronto com o radicalismo islâmico; 6 – a negligência americana acentua a dificuldades de América Latina; e, 7 – a resposta brasileira: a difícil navegação do governo entre a vulnerabilidade financeira externa, a divisão entre as elites e o antiamericanismo de segmentos da população.

1 – AS QUATRO DIMENSÕES DE CLIVAGEM E ALINHAMENTO NO SISTEMA MUNDIAL

Compreender a complexidade do mundo pós 11 de setembro de 2001 nos demanda ir além dos principais enfoques teóricos das relações internacionais – o neo-realismo e o institucionalismo liberal – diferenciando quatro grandes dimensões de clivagem e alinhamento: interestatal, civilizatória, democracia versus não democracia, e dentro da democracia, liberalismo versus comunitarismo.

Em primeiro lugar temos a clássica clivagem entre os Estados nacionais que continua sendo uma

fonte fundamental de competição e cooperação, com uma diminuição do peso relativo do conflito e um aumento do peso da cooperação (comparado com o período da Guerra Fria) devido à intensificação da interdependência econômica e tecnológica. Na ordem interestatal os EUA ocupam uma posição de superpotência, sendo que na sub-dimensão militar ocupam uma posição de hiper-super-potencia e na sub-dimensão econômica compartilham a centralidade com a União Européia e Japão. A seguir vem as potências regionais: Rússia, China, Índia e Brasil. Pela eficácia e eficiência de sua governabilidade os Estados podem ser classificados em Desenvolvidos, Emergentes, Semifracassados e Fracassados.

Na segunda dimensão temos a diferenciação entre as grandes civilizações, do qual a obra de Huntington tornou-se referência fundamental, a saber: Ocidental, Latino-americana, Eslava, Japonesa, Confuciana, Islâmica, Hinduísta e Africana. A civilização Ocidental ocupa definitivamente o lugar de vanguarda do processo civilizatório porque a combinação da economia de mercado, o individualismo, o Estado de direito e a democracia representativa produziram uma sociedade muito superior no domínio da natureza e na construção de uma tecnosfera. A civilização Japonesa já convergiu plenamente com a Ocidental. A civilização Latino-americana apresenta hoje alta heterogeneidade, indo desde a bastante convergência com Ocidente, nos casos de Chile, Costa Rica, Uruguai, Brasil e México até

* Professor titular do departamento de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Foi professor visitante das Universidades de Stanford, Colorado, Notre Dame, Georgetown e Amsterdam.

** Professor adjunto do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor visitante das Universidades de Buenos Aires e Rosário.

a máxima distância, nos casos de Cuba, Haiti, Nicarágua, Guatemala e Honduras. A civilização Eslava inicia apenas em 1989 o processo de aproximação com Ocidente, sendo que essa aproximação é cheia de avanços e retrocessos. Desde o 11 de setembro a liderança de Putin na civilização Eslava está produzindo uma aceleração da convergência com Ocidente. A civilização Confuciana é impulsionada na direção da convergência com Ocidente por causa do vetor tecnológico e é impulsionada para tomar distancia com Ocidente pelo vetor sócio-psicológico. A civilização Hinduísta mantém-se muito distante de Ocidente na medida que conserva o regime de castas, mas aproxima-se de Ocidente por causa do vetor tecnológico e pela democracia política. A civilização Islâmica está atualmente em processo de confronto com a civilização Ocidental e, em menor medida, com as civilizações Hinduísta, Eslava e Chinesa. Após a Segunda Guerra Mundial começou um processo significativo de reforma secularizante em vários países do mundo islâmico, mas a derrota dos árabes nas guerras contra Israel, em 1967 e 1973, e a queda do Sha de Irã em 1979, inverteram esse processo, levando a um progressivo deterioro dos laços do Islamismo com o secularismo e com Ocidente em particular. A civilização Africana depois de ter sido parcialmente ocidentalizada durante o período colonial de meados do século 19 a meados do século XX está em processo de devastadora regressão, sendo território fértil para o avanço do Islamismo.

Na terceira dimensão temos a clivagem entre o Mundo Democrático (fortemente enraizado nas civilizações Ocidental e Japonesa, quase consolidado em algumas partes da civilização Latino-americana, e frágil em outras partes de América Latina e nas civilizações Hinduísta e Eslava) e o Mundo Não-democrático (a maior parte das civilizações Chinesa, Islâmica e Africana).

Na quarta dimensão temos, dentro do Mundo democrático, a clivagem entre o liberalismo e o comunitarismo. O liberalismo é a corrente dominante

em todo o mundo democrático (exceto Japão) e se baseia no predomínio do indivíduo sobre os grupos, no predomínio do mercado sobre a política, na meritocracia e na representação política com participação esporádica através dos partidos políticos. O comunitarismo é uma corrente secundária dentro do mundo democrático (exceto no Japão onde é predominante), tendo tido períodos de grande avanço como na rebelião estudantil de 1968, na utopia da governabilidade através da sociedade civil mundial logo depois do fim da Guerra Fria, e no movimento antiglobalização de Seattle a Porto Alegre. O comunitarismo se baseia no predomínio do grupo sobre o indivíduo, no predomínio da política sobre o mercado (sendo que nas suas formas mais extremas existe uma rejeição do mercado) e na alta participação política através de múltiplas estruturas associativas, sejam mais adscritivas (por gênero, etnia, língua e categoria profissional) ou mais baseadas nas opções construídas individualmente (como os movimentos sociais ambientalista, antinuclear, pacifista e culturais).

2 – O FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNIPOLAR E DOS ESTADOS

Em fins do século XX o mundo aumentou poderosamente seu grau de imprevisibilidade e potencialidade para o caos, sendo que o crescimento das redes de terror global e do crime organizado transnacional (em torno do tráfico de drogas, armas, migrantes, animais silvestres e prostituição) tornou necessário atualizar a idéia de império e de Estados fortes, em geral. A combinação de Estados fracassados e semifracassados com terrorismo e crime a escala global gera uma clara demanda por um “império” (ou Estado-imperial) à altura dos tempos, comprometidos com os direitos humanos e os valores cosmopolitas. O componente essencial da governabilidade para um mundo globalizado econômica e tecnologicamente continua sendo a antiga *dura lex*. A questão imperial não deve ser vista

hoje da perspectiva dos Estados nacionais, mas do direito. Hoje existe uma grande quantidade de Estados nacionais (cujo número aumenta exponencialmente) que dependem cada vez mais da ajuda externa para impor a lei em seus próprios territórios e populações. Em décadas passadas, ainda era possível pensar que a governabilidade desses Estados dependia dos processos de transição do autoritarismo para a democracia, ou das várias alternativas oferecidas pelo capitalismo e o socialismo. A vitória global do capitalismo liberal e democrático contra o comunismo e os vários populismos terceiomundistas, em fim do século 20, colocou em forma clara que o problema de certos países não é de escolhas erradas no nível de regime político ou de modelo econômico, mas de severos fracassos na construção de seus Estados. Iugoslávia, Somália, Serra Leoa, Angola, Moçambique, Ruanda, Congo, Afeganistão, Uzbequistão, Paquistão, Indonésia, El Salvador, Nicarágua, Colômbia e Haiti formam parte de uma longa lista de sociedades que evidenciaram ou evidenciam um quadro político impossível de ser administrado sem algum tipo de intervenção externa. A relação entre o sucesso ou fracasso social e econômico de um país (ou miséria) é o sucesso ou fracasso de seu Estado.

Num mundo globalizado constituído por um grande numero de Estados fracassados e/ou semifracassados torna-se imprescindível à existência

de um poder supranacional que garanta o exercício da lei a nível global. Obviamente, a existência desses

“Num mundo globalizado constituído por um grande numero de Estados fracassados e/ou semifracassados torna-se imprescindível à existência de um poder supranacional que garanta o exercício da lei a nível global. Obviamente, a existência desses Estados inviabiliza qualquer instancia supranacional do tipo das Nações Unidas, baseada na igualdade jurídica de todos os Estados. Resta, portanto, como única alternativa à construção pragmática de um “império” que viabilize e operacionalize a ordem global e os nascentes sistemas intergovernamentais e transgovernamentais que estão surgindo da estrutura de Estados pós-westfalianos hierarquizados.”

Estados inviabiliza qualquer instância supranacional do tipo das Nações Unidas, baseada na igualdade jurídica de todos os Estados. Resta, portanto, como única alternativa à construção pragmática de um “império” que viabilize e operacionalize a ordem global e os nascentes sistemas intergovernamentais e transgovernamentais que estão surgindo da estrutura de Estados pós-westfalianos hierarquizados. Porém, contra as exigências da realidade, não apenas se levantam as posições ideológicas tradicionais vindas do campo da esquerda e da direita, mas também a própria inércia do Estado norte-americano. Ainda quando o perigo dos Estados fracassados e semifracassados ameaça direta ou indiretamente aos EUA, Washington até agora só dá sinais claros de assumir a tarefa da repressão, mas não a do império da lei. Mesmo no país mais globalizado da história de Ocidente registra-se uma enorme dificuldade para entender corretamente o fenômeno da globalização e seus desafios.

No ano transcorrido depois do 11 de setembro o mundo tem se tornado mais unipolar e mais seguro para os países inseridos

consistentemente na globalização (todos os países desenvolvidos e uma parte dos países emergentes). Os EUA aumentaram sua centralidade do ponto de vista militar e de inteligência. A aliança contra o

terrorismo iniciada logo após o 11 de setembro tem um limitado caráter multilateral, de fato ela é muito mais um conjunto de alianças bilaterais/setoriais promovidas pelos EUA desde uma posição central, que um elaborado acordo multilateral (por isso o papel da ONU tem sido muito restrito). Essas alianças setoriais envolvem uma combinação variada de elementos políticos, diplomáticos, militares, policiais e econômicos. Ditas alianças são definidas por EUA como objetivando a destruição de dois inimigos: 1 – redes terroristas globais; e, 2 – regimes extremistas que produzem armas de destruição em massa e procuram realizar chantagem aos EUA e as democracias com a ameaça do seu uso. Os EUA conseguiram pleno apoio, em relação ao primeiro objetivo, e apenas parcial, em relação ao segundo objetivo. Entre as principais alianças setoriais de EUA, cujo conjunto constitui a chamada aliança global contra o terrorismo, devemos destacar as seguintes: 1 – a aliança principal e mais profunda com o Reino Unido, que coloca a este país na posição central de ser o único com capacidade de influir diretamente nas macrodecisões americanas; 2 – a aliança com Alemanha, França, Itália, Japão, Austrália e Turquia (que implicou no envolvimento direto de forças militares desses países no teatro de guerra de Afeganistão) e com os países da OTAN em geral, que implica numa forte cooperação nas áreas de inteligência, policial e bancária para desmantelar células terroristas; 3 – a aliança com Rússia, que dá a esse país um lugar central no suprimento de petróleo para EUA e reconhece uma parceria estratégica para Rússia em relação à governabilidade do Cáucaso e da Ásia Central, embora EUA não tem conseguido persuadir a Putin com relação a cortar a cooperação econômica com Iraque, Ira e Coreia do Norte; 4 – a aliança com Paquistão, que obrigou ao governo de Musharraf a abandonar o apoio ao Taliban e a combater as bases de terrorismo islâmico dentro de Paquistão, sendo este o caso de maior mudança de um país com relação à situação previa ao 11 de setembro; 5 – a aliança com a Índia,

que reconhece a este país a plena legitimidade para combater o terrorismo islâmico na Caxemira, fortemente apoiado pelo Paquistão até o atentado ao Parlamento indiano de dezembro de 2001; 6 – a aliança com a China, que diminui a pressão ocidental com relação às violações dos direitos humanos neste país e reconhece o papel da China na governabilidade de Ásia Central; 7 – a aliança com Israel, que permite a este país combater o terrorismo palestino sem os condicionamentos externos anteriores ao 11 de setembro; e, 8 – a “aliança” com a maioria dos países islâmicos, que responsabiliza a seus governos pelo combate às redes terroristas existentes em seus países.

Apesar da aliança contra o terrorismo ter tido uma decisiva vitória no Afeganistão (derrubada do regime Taliban, destruição de parte importante do coração de Al Qaeda, formação de um governo provisório em Afeganistão comprometido com a governabilidade global e a luta contra o terrorismo, e compromisso da maioria dos países desenvolvidos de contribuir na reconstrução de Afeganistão), o processo está longe de sua conclusão. A seguir destacamos os quatro principais fatores que ameaçam à governabilidade global no momento atual: 1 – redes terroristas ancoradas no fundamentalismo islâmico, que continuam existindo em muitos países islâmicos do Oriente Médio, Ásia e África (apesar de terem agora um ambiente mais hostil para desenvolver-se e operar); 2 – redes terroristas ancoradas no fundamentalismo islâmico, que continuam existindo dentro da diáspora islâmica em países não-islâmicos, principalmente na Europa e EUA (apesar da eficácia dos sistemas de inteligência e policiais que impediram até agora a realização de novos atentados, ainda quando houve a intenção declarada dos líderes da Al Qaeda de realizá-los); 3 – dois países com regimes políticos extremistas (Iraque e Coreia do Norte), que continuam rejeitando inspeções internacionais efetivas com relação à posse e fabricação de armas de destruição em massa; e 4 – os países pobres com Estados fracassados da África, Ásia e América Latina – e inclusive alguns países

Médios com Estados semifracoassados como Colômbia – estão infEstados de redes criminais sub e transnacionais (ligados ao tráfico de drogas, armas, migrantes, animais silvestres e prostituição) que são sempre um terreno fértil para o nascimento e desenvolvimento de redes terroristas. Para resolver este último problema, os países desenvolvidos deverão assumir parte dos custos e responsabilidades de reconstruir a governabilidade nos Estados fracassados e semifracoassados.

O ano transcorrido desde o 11 de setembro mostra uma nova realidade do poder mundial. O desempenho das forças armadas americanas tem sido de uma extraordinária eficácia, muito superior ao previsto por todos os analistas, devido a uma nova combinação de seis fatores: 1 – capacidade de bombardeio aéreo de longa distancia (B52 vindos da ilha Diego Garcia e B2 vindos do território continental de EUA) de alta precisão; 2 – forças especiais de alta mobilidade no teatro de operações sinalizando eletronicamente com máximo de precisão os alvos para os bombardeiros; 3 – aviões não pilotados (Predator) em missões permanentes de monitoramento e ataque; 4 – capacidade ilimitada de operação noturna; 5 – comando e controle global em tempo real; e, 6 – ‘deployment’ simultâneo aberto e encoberto de novas tropas em diversas funções de combate ao terrorismo em vários países do mundo (Afeganistão, Paquistão, Uzbequistão, Kirgistão, Turcmenistão, Geórgia, Filipinas, Iêmen, Catar, Oman, Kuwait, Somália, Colômbia). Para perceber a importância da revolução tecnológica militar atual, basta comparar os dados sobre bombardeios de alta precisão em relação ao total, na última década: 10% na Guerra do Golfo; 30% em Kosovo; e 80% em Afeganistão. Depois da Guerra de Afeganistão, o poder militar global americano aumentou de tal forma que se aproxima da supremacia absoluta. Em virtude de sua capacidade de fogo aéreo, EUA tem hoje um poder militar arrasador em qualquer região do mundo, sem necessidade de bases (próprias ou aliadas)

próximas. Em função de esta superioridade quase absoluta do poderio militar americano, se assiste ao nascimento de uma nova constelação de segurança, com centro nos EUA, que deixa para o Conselho de Segurança da ONU (órgão que reflete a estrutura de poder de um mundo que não existe mais, no qual a superioridade americana era menor, como foi durante a Guerra Fria ou durante o período 1989-2001) apenas um papel de legitimador simbólico de decisões processadas e tomadas na relação bilateral de EUA com os outros países militarmente importantes.

3 – O INCREMENTO DA SEGURANÇA NÃO COMPROMETE A DEMOCRACIA NOS EUA

Num ano os EUA tem conseguido melhorar extraordinariamente sua segurança interna sendo que quase todos os pontos de vulnerabilidade foram atacados com rapidez e consistência. O controle da entrada de passageiros nos aviões conta agora com um sofisticado sistema em três níveis: controle computadorizado sobre os passageiros desde o momento da compra da passagem (os programas são muito sofisticados na definição do alerta sobre determinados passageiros e conhecidos apenas por uma pequena elite do establishment da segurança o que dificulta enormemente seu conhecimento pelos terroristas), controle da bagagem e controle direto físico sobre os passageiros. Este sistema tem implicado uma demora media de uma hora a mais para abordar os aviões com relação ao período anterior ao 11/9, um preço relativamente baixo pago pelo dramático incremento da segurança.

O setor de transporte aéreo tem passado por dificuldades em todo o mundo, algumas delas derivadas de ineficiências corporativas ou regulatórias anteriores ao 11/9, mas tem sido um grande sucesso a recuperação da confiança dos consumidores no transporte aéreo. Devemos lembrar que logo após o 11/9 vários analistas previram um profundo e prolongado declínio do transporte aéreo. O êxito do

setor de transporte aéreo deve ser atribuído em grande medida as medidas tomadas nos EUA que tiveram um efeito de demonstração em grande parte do mundo.

As diversas forças de inteligência e law enforcement (federais, estaduais e municipais) compartilham seus dados e coordenam sistematicamente suas avaliações e operações. A compartimentalização da informação em poder do Estado, uma característica histórica da democracia americana, está suspensa, pelo menos por vários anos.

A rápida e incisiva reação da administração Bush e do Congresso nas semanas seguintes ao atentado produziram um re-estabelecimento parcial da confiança que fez que os processos produtivos, o comércio e as finanças internacionais continuaram funcionando com previsibilidade.

O conjunto da infra-estrutura dos EUA (pontes, portos, aeroportos, fronteiras, monumentos históricos, edifícios governamentais, etc...) conta hoje com condições de segurança rotineira muito superiores as vigentes antes de 11/9.

Nos EUA a democracia continua forte e vibrante. Este talvez seja o maior fracasso dos terroristas cujo objetivo central é minar a sociedade aberta produzindo medo generalizado, imprevisibilidade e arbitrariedade. Houve um aumento da preocupação com a segurança que afetou em pequena medida as liberdades civis para os estrangeiros em situação ilegal (aproximadamente oito milhões) e poderá afetar as comunidades de origem árabe muçulmano (aproximadamente quatro milhões) caso exista um novo ataque terrorista nos EUA. Estes dois setores representam aproximadamente 4% da população, mas sua situação é muito diferente da que foram submetidos os japoneses americanos logo depois do ataque a Pearl Harbour (neste caso houve sim diminuição significativa das liberdades civis) ou os simpatizantes da União Soviética durante o Macartismo (1950-53). Os estrangeiros detidos como suspeitos de conexão com o terrorismo somaram

1.200 no momento de pico e hoje são um número reduzido. O trato destes estrangeiros no cárcere foi sempre baseado no respeito aos direitos humanos. Os terroristas da Al Qaeda e do Taliban tomados prisioneiros em Afeganistão e detidos em Guantanamo são submetidos a interrogatórios sistemáticos, mas nunca a torturas físicas. Várias organizações de defesas de direitos humanos tem questionado a situação dos presos sem processo dentro dos EUA e dos prisioneiros em Guantanamo, sem reconhecer que se está vivendo uma situação excepcional que inclui uma ameaça de novo tipo não experimentada previamente na história humana, o terrorismo catastrófico, que combina terroristas suicidas, armas de destruição em massa e ter como branco a população civil.

4 – A NOVA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NOS EUA E A SUBSTITUIÇÃO DA CONTENÇÃO E DISSUASÃO PELO ATAQUE PREVENTIVO

O ano 2001 foi tão intenso no plano político-militar que implicou duas mudanças sucessivas na doutrina da segurança nacional americana. Com efeito, a doutrina de segurança nacional, vigente durante a presidência de Clinton, baseava-se na idéia de que os problemas de segurança nacional de EUA eram significativamente menores do que na Guerra Fria e significativamente inferiores comparados com as questões econômicas. A tradução militar desta doutrina implicava que as forças armadas deviam estar preparadas para ganhar duas guerras convencionais simultâneas, em teatros distantes do mundo. A dissuasão, tanto nuclear quanto convencional, continuava tendo o mesmo papel central que durante a Guerra Fria.

Com a chegada de Bush à Casa Branca, em janeiro de 2001, se formula uma nova doutrina de segurança nacional que propõe abandonar gradualmente a dissuasão nuclear através da construção de uma estrutura de proteção antimíssil –

primeiro contra um número reduzido de mísseis para proteger-se dos “rogue states” e depois contra números maiores de mísseis para proteger-se de Rússia e China. Um segundo componente da nova doutrina de segurança nacional era diminuir a dependência de petróleo importado do Oriente Médio e aumentar a produção de energia fóssil derivada do carvão (EUA tem reservas gigantescas) com o objetivo de afastar as suas forças armadas do envolvimento direto nas áreas mais críticas do mundo. Depois do 11 de setembro, se formula com bastante rapidez uma nova doutrina de segurança nacional, baseada no combate integral ao terrorismo global, que considera inimigo imediato e direto dos EUA a todos os países que derem refúgio ou sejam tolerantes com as redes terroristas e aos países que pretendem desenvolver armas de destruição em massa. Diferentemente da doutrina anterior, que pretendia isolar os EUA da insegurança do mundo, esta doutrina globaliza a questão da segurança dos EUA e é um novo e extraordinário acelerador da globalização em geral, a partir da globalização militar. Tanto para a primeira quanto a segunda doutrina Bush, as questões de segurança são mais importantes que as questões econômicas para o Estado americano, embora de um modo diferente que durante a Guerra Fria. Se a primeira doutrina Bush implicaria um aumento significativo dos gastos militares para desenvolver o escudo antimíssil, a segunda implica um aumento gigantesco dos gastos militares para o escudo antimíssil e para desenvolver uma máquina de guerra capaz de localizar e destruir o terrorismo a escala planetária. Um elemento decisivo, para o Estado americano poder enfatizar as questões de segurança é a disposição de sua população para aceitar os custos da guerra em termos de perdas de tropas (disposição que era quase inexistente nos anos posteriores ao fracasso de Somália, em 1993).

A nova doutrina de segurança de Bush com relação às redes terroristas e aos Estados terroristas está baseada em quatro pilares. O primeiro pilar é a destruição do Talibã e Al Qaeda em Afeganistão, este

objetivo já foi cumprido quase totalmente. O segundo pilar é guerra global a Al Qaeda utilizando efetivos militares abertos e encobertos em diferentes partes do mundo quando necessário. Embora a questão do poderio militar seja decisiva, do ponto de vista de sua dinâmica funcional, na guerra contra o terrorismo no mundo estão em primeiro lugar as operações de inteligência, em segundo lugar as operações de *law enforcement* (de estruturas policiais e de estruturas destinadas a combater os ilícitos transnacionais) e em terceiro lugar as operações especificamente militares. O terceiro pilar é a mudança de regime no Iraque sendo que o país é considerado uma ameaça aos EUA por duas razões: desenvolve ativamente armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares) e mísseis para transportá-las sendo que já tem usado armas químicas contra o Iraque e contra os Kurdos; e poderia entregar essas armas a grupos terroristas ou poderia realizar chantagem aos EUA com o uso dessas armas. Neste pilar desenvolve-se a doutrina do ataque preventivo, diferente da doutrina da contenção e dissuasão que predominou durante a guerra fria e durante o período 1989-2001. A doutrina do ataque preventivo é ainda mal compreendida no mundo e desperta receios nos aliados europeus dos EUA e a grande maioria dos membros da comunidade internacional já que significa uma ruptura com a Carta das Nações Unidas e com a doutrina predominante durante a segunda metade do século XX. Há três fatores que explicam as diferenças entre os europeus continentais e os EUA com relação a um ataque preventivo ao Iraque: a – os europeus não sofreram até agora nenhum ataque similar ao 11/9 e sentem-se por isso menos ameaçados que os EUA; b – os europeus não se sentem ameaçados de um potencial ataque do regime de Saddam Hussein já que este define constantemente como seus inimigos os EUA, Reino Unido e Israel; e c – os europeus não dispõem da capacidade militar para fazer um ataque preventivo ao Iraque, somente os EUA tem os recursos para isso. Finalmente, no seu quarto pilar, a política dos EUA

objetiva, terminar com os programas de desenvolvimento de armas de destruição em massa por parte de outros cinco países que as estão desenvolvendo (Ira, Coréia do Norte, Síria, Líbia e Paquistão). Considera-se que um ataque ao Iraque que leve a derrubada do regime de Saddam Hussein implicaria numa dissuasão eficaz dos outros cinco países com relação a seus programas de armas de destruição em massa.

5 – O CONFRONTO COM O RADICALISMO ISLAMICO

O Islamismo é uma religião que não tem sido transformada por um processo de reforma adaptativa a modernidade como foram a reforma protestante do século 16 e o Concílio Vaticano II no Catolicismo, que criaram condições para uma profunda separação da entre a religião e a política. Grande parte dos adeptos do Islamismo vivem hoje num imaginário coletivo que é próximo do mundo medieval e dos enfrentamentos com os Cristãos nas Cruzadas. O desenvolvimento crescente da tecnologia, do modo de vida materialista, do individualismo, da autonomia das mulheres e da liberdade sexual é percebido como uma forte ameaça por grande parte dos adeptos do islamismo. Este ressentimento do Islamismo com relação ao Ocidente era percebido como uma ameaça apenas residual até o 11 de setembro. A grande mudança é uma nova percepção que implica agora, por parte de Ocidente e em particular dos EUA, numa atitude de confronto ativo com o radicalismo islâmico, incluído um chamado constante para que os moderados do “main stream” do Islamismo condenem aos radicais.

O agravamento do conflito israelense-palestino no último ano deve ser analisado também no contexto do confronto ativo com o radicalismo islâmico e da guerra contra o terrorismo. Do ponto de vista da política externa americana os países de Oriente Médio podem ser classificados em três tipos: países com regimes democráticos restringidos, países com regimes autoritários pró-americanos e países com

regimes autoritários antiamericanos. Os países com regimes democráticos restringidos são Israel e Turquia. Em Israel a democracia é restringida pela definição religiosa do Estado que permite aos grupos fundamentalistas judaicos erodirem a cidadania dos israelenses de origem árabe e reivindicarem com sucesso parcial a realização da Grande Israel, ou seja, a absorção definitiva dos territórios palestinos ocupados na guerra de 1967 a través do estabelecimento de colônias. Na Autoridade Palestina constituída a partir dos Acordos de Oslo houve eleições, em 1996, quase sem competitividade e que deram um mandato transitório de três anos a Arafat. O regime construído por Arafat é autoritário, corrupto e tolerante com o terrorismo. Ele vinha sendo desafiado em duas frentes até 2000, de um lado, por grupos influenciados por Ocidente que demandam democratização, e, de outro lado, por grupos islâmicos radicais (Hamas) que procuram destruir Israel. Por causa deste duplo desafio Arafat tem feito um jogo duplo em quase tudo o período 1996-2002: condena o terrorismo em inglês e, em árabe, declara que os terroristas são mártires da causa; de um lado assina acordos de cessar fogo pressionado pelos americanos e, de outro lado, tolera ou impulsa ataques terroristas de Hamas e de sua própria organização a OLP. Em Turquia a democracia é restringida porque o esforço quase centenário de separação da religião islâmica do Estado ainda não foi plenamente concluído e existe uma ameaça latente de erosão da democracia pelos partidos islâmicos extremistas que pretendem re-islamizar o Estado e pelos militares que tenderiam a tomar o poder caso esses partidos ganhem a maioria parlamentar.

Nos países com regimes autoritários pró-americanos (Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Kuwait, Emirados, Oman e Catar) existe uma crescente oposição popular que se canaliza em duas vertentes: substituir o regime autoritário por um regime democrático e substituir o regime autoritário pró-americano por um regime autoritário antiamericano.

Ambas vertentes colocam-se contrárias à política externa americana, embora por razões opostas, os primeiros exigem uma política externa americana consistente com os valores democráticos e os segundos procuram derrotar os valores democráticos ocidentais e exigem uma retirada dos EUA do Oriente Médio.

Nos países com regimes autoritários antiamericanos existem situações bastante diferenciadas. No Irã tem havido um importante processo democratizador desde 1997 e uma parte crescente da população (particularmente a juventude) simpatiza com EUA e Ocidente, num movimento inverso do que aconteceu em fins da década de 1970, quando levaram ao radicalismo xiita ao poder e inauguraram uma fase de inversão do ciclo secularizante na política do mundo islâmico. O setor conservador do clero xiita é o principal suporte do Hizbola, grupo xiita (majoritário no sul do Líbano) que levou adiante devastadores ataques contra os americanos no Meio Oriente na década de 1980. Um setor do Estado iraniano foi provavelmente o suporte dos devastadores atentados em Buenos Aires contra a Embaixada de Israel em 1992 e contra uma associação filantrópica judaica em 1994.

No Iraque, Saddam Hussein mantém-se no poder utilizando a repressão sistemática e impiedosa dos opositores num contexto que pode ser considerado como totalitário antes do que autoritário e onde uma queda do regime a partir de sua dinâmica interna é pouco provável. Iraque outorga um prêmio de 25.000 dólares para as famílias de todos os terroristas suicidas que detonarem bombas contra Israel.

Na Síria o regime antiamericano tem conseguido adaptar-se bem à perda do seu protetor soviético e parece ter havido uma transição exitosa do poder de Assad pai para o filho, sendo que Damasco continua sendo a capital de diversos grupos terroristas que operam em outros países, em parte. O Líbano é uma sociedade profundamente dividida com uma

parte da população orientada para o capitalismo democrático e outra parte impulsando na direção de um regime islâmico radical com o apoio de Síria e do setor conservador clerical de Irã.

Com o início do governo Bush houve uma forte retração no envolvimento americano no conflito israelense-palestino. O 11 de setembro tem desafiado essa posição do governo Bush por duas razões: em primeiro lugar pela necessidade de atenuar o conflito para conseguir e manter o apoio dos regimes pró-americanos de Meio Oriente na guerra contra o terrorismo e em segundo lugar pela necessidade de definir a relação entre o terrorismo palestino e o terrorismo da Alqaeda. Existem duas visões no governo Bush no pós-11-9 sobre como lidar com o conflito israelense-palestino. Segundo a visão defendida por Rumsfeld se deve combater o terrorismo palestino assim como se combate o terrorismo global da Alqaeda, e, portanto, deve-se apoiar plenamente a Israel na destruição do terrorismo palestino. Segundo a visão defendida por Powel deve-se incentivar uma dinâmica negociadora por parte dos setores moderados dos palestinos e por isso deve-se diferenciar o terrorismo palestino do terrorismo da Alqaeda. Para o grupo Powel o terrorismo palestino teria um componente principal similar a Alqaeda, cujo combate por Israel deve-se apoiar plenamente, e um componente secundário de insurgência nacional derivada da situação de humilhação vivida pelo povo palestino, ao qual dever-se-ia incentivar a abandonar a luta armada e participar de negociações de paz. Outro fator de divisão na Casa Branca (com desdobramentos no conflito israelense-palestino) radica na estratégia de ataque a Iraque: para Powel o apoio dos regimes árabes pró-americanos nesse ataque é importante, entanto que para Rumsfeld é irrelevante. Contudo, os dois grupos estão fortemente unidos em apoiar um Estado Palestino com continuidade territorial e viabilidade econômica e nisto estão enfrentados com os radicais israelenses. Em junho de 2002 Bush inclinou-se em favor do seu

secretario de defesa quando definiu que o avanço na direção de um Estado Palestino tem como condição necessária à substituição de Arafat considerado a partir desse momento como uma liderança terrorista numa caracterização similar a do primeiro ministro de Israel, Sharon.

Divisão similar a existente com relação à questão palestina existe com relação ao modo de atacar a Iraque. O vice-presidente Cheney e o ministro de defesa Rumsfeld são partidários de atacar imediata e unilateralmente a Iraque, sem dar um ultimato para a volta dos inspetores da ONU porque consideram que essas inspeções não são eficazes, sem esperar participação de tropas aliadas exceto britânicas e sem esperar uma autorização do Conselho de Segurança da ONU. O secretario de Estado Powel é favorável a dar um ultimato a Iraque para a volta dos inspetores da ONU com mandato de inspeções intrusivas (diferentes por tanto das vigentes durante o período 1991-98), conseguir o apoio e a participação de alguns dos países da OTAN e procurar uma autorização no Conselho de Segurança da ONU. Dado o fato de que existe uma altíssima probabilidade da Rússia e da China vetarem no Conselho de Segurança da ONU uma resolução de ataque a Iraque, a posição do grupo Cheney-Rumsfeld é muito mais forte que a do grupo Powel.

6 – A NEGLIGÊNCIA AMERICANA ACENTUA AS DIFICULDADES DE AMÉRICA LATINA

América Latina nasceu da colonização ibérica, ou seja, da parte da Europa crista que tinha rejeitado militantemente a Reforma Protestante. Por causa disto a relação da América Latina com Ocidente tem sido sempre ambivalente. Em particular, chamam a atenção dois elementos (paradoxalmente, ao mesmo tempo contraditórios e complementares entre si) que condicionam fortemente o “sub-consciente” latino-americano numa direção anti-ocidental: 1 – o populismo autoritário, com raízes comuns na colonização ibérica e nas civilizações indígenas, que

tem conseguido se reproduzir ao longo do século XX endeusando ciclicamente a diversos caudilhos (políticos ou militares, de esquerda ou direita), dificultando a consolidação do Estado de direito, a democracia e a compreensão da importância suprema da lei por cima de qualquer outra coisa; 2 – a utopia do igualitarismo, fruto da união paradoxal entre o catolicismo da colonização ibérica (especialmente daquele que vem da vertente pró-indigenista) e as ideologias revolucionárias que vinham de Europa (especialmente daquelas inspiradas em Rousseau e Marx), que tende a anular as responsabilidades do indivíduo frente à sociedade, fazendo-o acreditar que as desigualdades de desempenho entre os indivíduos são fruto de desigualdades históricas marcadas pela injustiça. Obviamente, a crítica do igualitarismo não supõe legitimar o passado das sociedades latino-americanas, mas sim mostrar como o discurso do igualitarismo contra a injustiça, que no passado foi cometida contra classes ou grupos humanos, serve hoje para amparar o parasitismo e a irresponsabilidade social, impedindo o cumprimento de exigências básicas da sociedade moderna, como a correta avaliação dos méritos de cada indivíduo, assim como a correta aplicação da lei (já que, implicitamente, se pretende que o exercício da lei no presente abra exceções que contemplem as injustiças feitas no passado, até com ancestrais remotos).

Apesar dos importantes vínculos que América Latina mantém permanentemente com os Estados Unidos e os países de Europa Ocidental, sua dinâmica não apenas mostra uma enorme dificuldade de transformar seus valores de origem, mas também não conseguiu evitar a aquisição dos preconceitos próprios da sub-cultura latino-americana. Importantes setores dos Estados e das sociedades civis dos países latino-americanos continuam ainda situando suas estratégias de ação social e políticas de desenvolvimento num contexto de confusas idéias utópicas de fundo anticapitalista e anti-globalizante, onde os principais atores são as organizações da sociedade civil e o Estado nacional.

Comparado com o início da década de 1990, no início do século XXI tem se fortalecido uma cultura antiliberal que atribui as dificuldades e fracassos porque passa o continente às reformas econômicas liberalizantes. Devido a seu legado histórico (marxismo e estatismo nacionalista) esta corrente tem extrema dificuldade para perceber que na maioria dos países latino-americanos as reformas liberalizantes foram feitas apenas a medias. O déficit fiscal diminuiu, mas continuou sendo muito grande, segundo os parâmetros internacionais, e os governos sub-nacionais diminuíram sua capacidade de emissão secundária de moeda (o principal instrumento eram os bancos estaduais e provinciais), mas ainda conseguem transferir para a nação fortes déficits. Os Estados foram apenas parcialmente reformados nos melhores casos e nos piores continuaram como antes, sendo fonte de improdutividade e parasitismo. Os sistemas tributários continuaram tendo um alto custo transacional e tiveram um desempenho pobre no combate a evasão. Em vários países as privatizações envolveram significativas doses de corrupção, a substituição de monopólios estatais por monopólios privados e deficiências nos novos marcos regulatórios. Em muitos países não foram criados regimes monetários, cambiais e fiscais que trouxeram credibilidade e previsibilidade ao funcionamento da economia. Um banco central independente, crucial para a modernidade capitalista globalizada, continua sendo um sonho longínquo na maioria dos países latino-americanos. Às dificuldades acima mencionadas produtos do caráter limitado das reformas liberalizantes, agregam-se outras dificuldades provenientes do funcionamento do capitalismo contemporâneo, como a vulnerabilidade da região frente a mercados financeiros globais com baixa regulação e políticas protecionistas no setor agrícola dos países desenvolvidos.

De acordo com a classificação inicial dos Estados nações, segundo a eficiência e eficácia de sua governabilidade, se conclui que os únicos Estados

desenvolvidos da América Latina são Chile e Costa Rica. Os Estados emergentes são México, Brasil, Uruguai, Panamá, El Salvador e República Dominicana. México devido a sua alta integração com a economia americana não está ameaçado significativamente de regressão. Já o Brasil e o Uruguai estão num equilíbrio instável devido que suas dívidas públicas são muito altas e em trajetória de crescimento, além de terem poderosos partidos políticos de esquerda, cujo compromisso com as regras da modernidade capitalista é duvidosa. No caso do Brasil agregam-se os problemas do crescimento do crime organizado e ineficiências do arranjo federativo. No caso do Uruguai agrega-se o problema da baixa competitividade do seu sistema produtivo. Panamá, El Salvador e República Dominicana também estão num equilíbrio precário já que a variável estabilizadora é a crescente integração com a economia americana.

Os Estados semifracassados são Argentina, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela e Cuba, sendo que as razões para estarem em tal condição são diferentes em cada caso. Na Argentina é a falta de competitividade de sua economia particularmente comparada com as expectativas inflacionadas de sua população e uma estrutura política que promove um excessivo poder dos governadores provinciais. Na Colômbia a guerrilha esquerdista e o narcotráfico, com ligações cada vez mais profundas entre ambos, tem erodido profundamente a fábrica social. No Peru e Equador o principal problema é a supervivência de culturas indígenas de baixa compatibilidade com o capitalismo moderno. Na Venezuela tem havido uma dramática deterioração do sistema político desde início da década de 1980 que produziu, primeiro, altíssimas taxas de corrupção e, finalmente, na segunda metade da década de 1990, o crescimento do populismo na pior tradição latino-americana, que levou ao poder a Chaves. O regime chavista está destruindo rapidamente os componentes de Estado de direito e economia de mercado previamente existentes. Em Cuba a ditadura castrista bloqueia a entrada do país

na modernidade capitalista, apesar de ter um povo com fortes capacidades empreendedoras como o mostra o sucesso da comunidade cubano-americana nos EUA.

Nos Estados fracassados temos uma proporção muito alta da população na pobreza totalmente distanciados da modernidade capitalista e com baixíssimas perspectivas de melhora: Bolívia, Paraguai, Guiana, Suriname, Nicarágua, Honduras, Guatemala e Haiti.

A principal questão para a dinâmica de América Latina na presente década está relacionada à situação do Brasil. Este país pode consolidar-se como Estado emergente avançando na direção de Estado desenvolvido, continuar como Estado emergente em equilíbrio precário ou cair para Estado semifracassado. Em qualquer dos três cenários seu impacto sobre América Latina será muito forte: como Estado emergente consolidado poderia co-liderar junto com Chile um Mercosul ampliado ao conjunto de América do Sul ou uma rápida formação da ALCA (em ambos casos favorecendo a governabilidade dos outros Estados da sub-região), como Estado emergente precário continuará desempenhando o papel de uma força que incorpora alta incerteza no sistema, e como Estado semifracassado levará ao resto da América do Sul (exceto Chile) a um forte deterioro que provavelmente poderia ser imaginada como uma realidade que combine as atuais Colômbia e Argentina.

Os impactos do 11 de setembro sobre os países latino-americanos tem sido em duas dimensões, de um lado uma drástica diminuição do fluxo de capitais privados, particularmente capitais de curto prazo, produto da crescente aversão ao risco dos inversores dos países desenvolvidos e uma diminuição da tolerância para com as diversas formas de ilícitos transnacionais. A diminuição do fluxo de capitais privados tem tido um efeito devastador sobre todos os Estados semifracassados e fracassados, embora em alguns destes países esta diminuição do fluxo foi substituída por recursos do FMI. Nos países

emergentes a situação é diferenciada. Os fluxos diminuíram apenas parcialmente nos três países (México, Chile e Costa Rica) que estão mais fortemente integrados na globalização, mas tem diminuído muito em Brasil e Uruguai devido a uma trajetória crescente de suas dívidas públicas e ao temor de uma vitória da esquerda nas próximas eleições. Nestes últimos dois países houve uma decisão estratégica da administração Bush de apoiar com fortes recursos do FMI.

Com relação aos ilícitos transnacionais está em processo um combate mais eficaz e coordenado das diversas estruturas militares, de inteligência e policiais contra o narcotráfico e o tráfico de armas. Os dois acontecimentos mais importantes do último ano são o fim da negociação do governo colombiano com a guerrilha das FARC e a eleição de um presidente orientado para o confronto com a guerrilha; e, a inauguração do SIVAM/SIPAM pelo governo brasileiro na Amazônia. O início da operação do sistema de proteção da Amazônia provavelmente aumentará muito a capacidade do Estado nacional brasileiro para combater o crime organizado e pode vir a ter um efeito sinérgico com o Plano Colômbia na direção da destruição da narco-guerrilha. É importante destacar que o governo brasileiro está oferecendo compartilhar o sistema SIVAM/SIPAM com todos os países amazônicos o que poderá levar a um incremento notável na cooperação regional para a segurança. Nove anos depois de ter sido tomada a decisão de construir o sistema vai ficando demonstrado que é uma das políticas públicas mais relevantes da última década no Brasil, devido a ter impacto sistêmico nos setores de segurança, defesa, transporte, comunicações e meio ambiente.

A administração Bush (contrariando os arcaicos temores dos setores nacionalistas e esquerdistas da região) está longe de ver à América Latina como uma peça importante de seu jogo político estratégico. De fato, não temos ainda uma reflexão geopolítica madura sobre o sentido no longo prazo

de uma sólida integração Norte-Sul no Continente. Portanto, não pode estranhar que, após Kennedy (e o fracasso da Aliança para o Progresso) nenhuma administração norte-americana deu sinais claros e decisivos de querer assumir um compromisso de modernização integral (político, militar, econômico, cultural e social) dos principais países da região.

7 – A RESPOSTA BRASILEIRA: A DIFÍCIL NAVEGAÇÃO DO GOVERNO ENTRE OS CONDICIONAMENTOS DA VULNERABILIDADE FINANCEIRA EXTERNA, A DIVISÃO ENTRE AS ELITES E O ANTIAMERICANISMO DE SEGMENTOS DA POPULAÇÃO

A política externa brasileira tem lidado com relativo sucesso com o desafio do 11 de setembro. De um lado Cardoso e Itamaraty tiveram a lucidez de convocar imediatamente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Este gesto deu um importante crédito de confiança ao Brasil junto à administração Bush. Contudo, as medidas tomadas pelo Brasil para combater organizações filantrópicas islâmicas suspeitas de ligações com o terrorismo na área da tripla fronteira foram consideradas insuficientes pela administração Bush. Apesar da resposta pró-americana do governo Cardoso houve o desenvolvimento de uma atitude antiamericana em importantes segmentos da população baseado na idéia de que os ataques terroristas explicavam-se pela arrogância imperial dos EUA.

A nova agenda americana com seu foco quase unidimensional na luta contra o terrorismo e seu crescente unilateralismo foi criando problemas crescentes para Brasília, cuja agenda histórica é o desenvolvimento e o multi-lateralismo da ONU. Isto levou a alguns posicionamentos muito críticos do presidente Cardoso com relação à administração Bush (sendo a mais extremada o discurso na Assembléia Nacional francesa em novembro de 2001). As dificuldades agravaram-se com novas medidas

protecionistas no plano do comércio internacional adotadas por Bush a partir de março de 2002 e que prejudicaram diretamente as exportações brasileiras de aço e agrícolas.

Desde janeiro de 2001, a política externa de Bush com relação à América Latina tem sido muito problemática, com pouca ou nenhuma consideração para a opinião e os interesses destes países, exceto com relação ao México e Colômbia antes do 11/9 e por ocasião do recente apoio a Brasil, Uruguai e Paraguai no FMI. O apoio de Bush para um grande empréstimo ao Brasil pode ser considerado uma extraordinária vitória do governo Cardoso derivada de três fontes: de Itamaraty pelo crédito de confiança ganho com a convocação do TIAR, do ministério da defesa pela aceitação de fato do aumento da presença americana na Colômbia, e da equipe Malan-Fraga pela competência dos regimes combinados de câmbio flutuante, superávit primário de 3,5% do PIB e política monetária baseada em metas de inflação.

Desde a aprovação do trade promotion authority para Bush em julho de 2002 existem condições para um aumento da importância de América Latina no radar americano. A maioria dos países é muito favorável a ALCA, sendo que somente Brasil tem restrições abertas e pode ser considerado que México tem restrições cobertas derivadas da perda do lugar de parceiro privilegiado de EUA que a criação da ALCA poderia implicar.

Podemos considerar que existem três visões sobre as relações com EUA nas elites econômica, política, de relações exteriores e de defesa do Brasil: liberal-nacionalista, liberal e nacionalista. Para os liberal-nacionalistas, dominantes no governo Cardoso (particularmente nas elites de relações exteriores e militares), é necessário conter parcialmente a hegemonia americana e conseqüentemente as relações com EUA devem estar baseadas na negociação desde uma posição forte incluindo fortalecer o máximo possível os vínculos com a União Européia como um contrapeso ao poder americano e

para firmar no país um capitalismo com intervenção significativa do Estado na economia (adesão ao modelo europeu contra o modelo americano de capitalismo).

Para um segundo grupo, que podemos denominar liberal, minoritário no governo Cardoso (embora significativo na área econômica) e importante nos setores mais competitivos da economia nacional, é desejável tem uma relação privilegiada com EUA incluindo o reconhecimento pleno de sua hegemonia desde que o Brasil seja apoiado como potencia regional e como lugar de investimentos para as corporações americanas. Para este grupo seria desejável a negociação exitosa da ALCA ou de um acordo de livre comércio com os EUA. Para os liberais o caminho do Brasil deve ser similar ao do Canadá, do México e de Chile, respeitando algumas singularidades derivadas do caráter continental e do gigantismo demográfico do país.

Finalmente, para os nacionalistas, é necessário contrapor-se parcialmente a hegemonia americana, procurando alianças na Europa, Japão, Rússia, China, Índia e África do Sul. Para este grupo Brasil deveria liderar um Mercosul ampliado estendido ao conjunto da América do Sul para contrapor-se a tentativa da ALCA. Para este grupo também seria conveniente ter um papel mais ativo de questionamento do

envolvimento dos militares americanos na Colômbia. Este grupo considera que o interesse nacional brasileiro é contraditório com o americano na Amazônia porque atribui a superpotência a tendência a intervir na região. Os nacionalistas têm presença dominante nos partidos de esquerda e presença significativa nos militares, nos sindicatos e nos setores menos competitivos do empresariado nacional.

O futuro das relações com EUA dependerá em medida importante do resultado das eleições presidenciais do mês próximo, do sucesso do novo empréstimo do FMI e da ativação da ALCA por EUA. Um fracasso do empréstimo do FMI e/ou uma vitória de uma candidatura de oposição nas eleições tenderia a fortalecer aos nacionalistas. A vitória do candidato do governo e/ou um sucesso do empréstimo do FMI levariam a um grande fortalecimento dos liberais e dos liberal-nacionalistas. Uma ativação da negociação da ALCA por parte dos EUA aceleraria e intensificaria os conflitos na elite brasileira e aumentaria provavelmente a importância dos liberais. Considerando o aumento da unipolaridade do mundo depois do 11 de setembro parece claro que os liberal-nacionalistas e os liberais estão em posição mais favorável para imprimir o rumo da política externa brasileira no futuro.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial:

Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e Edit. Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br – 9956-1028